

COLECÇÃO  
• Á G O R A •

© Fernando Pereira Marques e Âncora Editora

Direitos reservados por  
Âncora Editora  
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.  
1350-179 Lisboa  
ancora.editora@ancora-editora.pt  
www.ancora-editora.pt  
www.facebook.com/ancoraeditora

Capa: Sofia Travassos | Âncora Editora

Edição n.º 9047  
1.ª edição: Outubro de 2017  
Depósito legal n.º 431 648/17

Pré-impressão: Âncora Editora  
Impressão e acabamento: Europress – Indústria Gráfica, Lda.

ISBN: 978 972 780 618 8

O SOCIALISMO E O PS EM PORTUGAL

Obras publicadas nesta colecção:

CONFISSÕES DO 25 DE ABRIL  
António de Sousa Duarte e João  
Pedro Serafim

LIVRO DE ASSENTOS  
Joaquim Letria

O ACASO E A HISTÓRIA –  
VIVÊNCIAS DE UM MILITAR  
Franco Charais

LEIRIA – GIGANTE  
ECONÓMICO, ANÃO POLÍTICO  
Feliciano Barreiras Duarte

CONTRIBUTOS PARA UMA  
POLÍTICA CONSTRUTIVA  
AA.VV.

UMA NOITE SEM  
PRESERVATIVO  
João Alves da Costa

UMA VERDADEIRA POLÍTICA  
DE IMIGRAÇÃO  
Feliciano Barreiras Duarte

A PRAIA SOB A CALÇADA –  
MAIO DE 68 E A «GERAÇÃO  
DE 60»  
Fernando Pereira Marques

INFORMAÇÃO DE  
PROXIMIDADE – JORNAIS  
E RÁDIOS  
Feliciano Barreiras Duarte

AGRICULTURA,  
ALIMENTAÇÃO E SAÚDE  
António Campos e Rui Cavaleiro  
Azevedo

SATANÁS E O EXORCISTA  
– O COMBATE  
Luís Costa Ribeiro

AUTÓPSIA DO CRIME  
Artur Varatojo

O REGRESSO DOS PARTIDOS  
(2.ª edição)  
Alcídio Torres  
e Maria Amélia Antunes

A MADEIRA NA HISTÓRIA –  
ESCRITOS SOBRE A PRÉ-  
-AUTONOMIA  
AA. VV.

A NOVA ESQUERDA – RAÍZES  
TEÓRICAS E HORIZONTE  
POLÍTICO  
Celso Cruzeiro

TEXTOS ESCOLHIDOS –  
PORTUGAL, O ULTRAMAR  
E O FUTURO – VOLUME I  
Manuel José Homem de Mello

PINHAL INTERIOR E TERRAS  
DE SICÓ

Feliciano Barreiras Duarte

O OESTE E O FUTURO  
Feliciano Barreiras Duarte

SER-SE LEIRIENSE  
Feliciano Barreiras Duarte

A CRISE FINANCEIRA E  
ECONÓMICA E AS OUTRAS  
(2.ª edição)

José Maria Rodrigues da Silva

O ESTADO GORDO  
João Caupers

DA NOITE SE FAZ O DIA  
C. Hipólito-Reis

ACERTO DE CONTAS  
António de Sousa Duarte

JÁ TE DISSE...?  
Daniel Carvalho

O MUNDO EM TRANSIÇÃO  
(2.ª edição)  
Luís Queirós

A POLÍTICA NÃO É TUDO,  
MAS TUDO É POLÍTICO  
Fernando dos Santos Neves

PANO PARA MANGAS  
João Govern

ERA UMA VEZ UM  
PROFESSOR...  
Júlio Machado Vaz

UM PARADIGMA PARA A  
EUROPA – OU PARA  
O MUNDO?

José Maria Rodrigues da Silva  
PUTOS NA MINHA RUA  
Raúl Patrício Leitão

QUE ENSINO SUPERIOR PARA  
O SÉCULO XXI, EM PORTUGAL  
E NO ESPAÇO LUSÓFONO?  
Fernando dos Santos Neves

ECOS DO GRANDE NORTE –  
RECORDAÇÕES DA PESCA  
DO BACALHAU  
Valdemar Aveiro

LIBERDADE E COERÊNCIA  
CÍVICA – O EXEMPLO DE  
ERNESTO MELO ANTUNES  
AA.VV.

OS EXILADOS – NÃO  
ESQUECEM NADA  
MAS FALAM POUCO  
Manuel Pedroso Marques

LEIRIA E A DEMOCRACIA –  
40 ANOS . TESTEMUNHOS  
Laura Esperança

ANALISTA DE INTERIORES  
...MISTERIOSIDADE  
Jaime Milheiro

PENSAR A JUSTIÇA . REPENSAR  
O ESTADO - HERÓIS DO MAR,  
NOBRE POVO...

José Maria Rodrigues da Silva

O FEDELHO EXUBERANTE  
- UMA CRÓNICA FAMILIAR  
PEQUENO-BURGUESA NO  
PÓS-GUERRA  
Mário Beja Santos

E AGORA? ESQUERDA?  
Porfírio Silva

80 GRAUS NORTE –  
RECORDAÇÕES DA PESCA  
DO BACALHAU (4.ª edição)  
Valdemar Aveiro

HISTÓRIAS DESCONHECIDAS  
DOS GRANDES  
TRABALHADORES DO MAR –  
RECORDAÇÕES DA PESCA DO  
BACALHAU (4.ª edição)  
Valdemar Aveiro

ÁGAPE - BANQUETE  
RITUALÍSTICO MAÇÓNICO  
Armando Fernandes

CORRESPONDÊNCIA  
DE ABÍLIO MENDES  
COM ABEL SALAZAR  
Jaime Mendes

NÓMADAS DO OCEANO –  
RECORDAÇÕES DA PESCA  
DO BACALHAU  
Valdemar Aveiro

PONTE EUROPA (2.ª edição)  
Carlos Barroco Esperança

UMA ESCRITA NA PRIMEIRA  
PESSOA – JOAQUIM  
MAGALHÃES  
Joaquim Romero Magalhães (recolha  
e anotações)

FERNANDO PEREIRA MARQUES  
(coordenação)

# O Socialismo e o PS em Portugal

Ancora  
editora

V

ENTRE SOLIDARIEDADE E *REALPOLITIK*.  
A SOCIAL-DEMOCRACIA ALEMÃ E O SOCIALISMO  
PORTUGUÊS DA DITADURA À DEMOCRACIA

ANTONIO MUÑOZ SÁNCHEZ

Desde que, em 1964, Mário Soares, Francisco Ramos da Costa e Manuel Tito de Morais plantaram em Genebra a semente do moderno socialismo português, que o desenvolvimento desta corrente política esteve intimamente ligado à sua relação com os partidos irmãos europeus. A Acção Socialista Portuguesa procurou e obteve apoio político, ajuda material e referências programáticas e ideológicas nas poderosas organizações socialistas de França, Alemanha ou Reino Unido, compensando assim, pelo menos em parte, as suas carências estruturais. Durante a Revolução, o apoio externo alcançaria uma intensidade inédita na história política do continente. E segundo uma interpretação, já consensual, revelou-se crucial para o Partido Socialista encabeçar e guiar até à vitória a maioria social que se opôs ao processo em curso de instauração de um regime filo-comunista.

Assumindo a interpretação dada pelos próprios protagonistas daquela história, os estudiosos da cooperação entre os socialistas portugueses e europeus durante a ditadura e a transição democrática entenderam apresentá-la a partir de uma perspectiva de

solidariedade internacional. As páginas que se seguem exploram as potencialidades que tem, para a história do socialismo português, o estudo das suas relações com o socialismo europeu considerando também as motivações não altruístas que, como sabemos, são as que dominam nas relações internacionais.

## 1 – Os últimos anos de Salazar

A RFA e o Estado Novo, uma amizade ao sabor da guerra fria

No final dos anos cinquenta, o Portugal de António de Oliveira Salazar estava consciente que não contaria com os Estados Unidos para defender o seu Império, e procurava outros apoios dentro da NATO. Por sua vez, a RFA de Konrad Adenauer, temendo ser ocupada pelas tropas do Pacto de Varsóvia numa eventual guerra entre blocos, desejava estabelecer uma base logística no Sul da Europa para, a partir dela, organizar a reconquista do seu território. Esta confluência de interesses geoestratégicos entre Portugal e a RFA conduziu, em 1960, à assinatura de diversos acordos que previam a instalação de uma base militar alemã em Beja e a venda a Portugal de material de guerra. Como contrapartida a uma relação militar muito vantajosa para Bona, Lisboa receberia ajuda financeira e técnica para modernizar as suas infra-estruturas. Por sua vez, a cooperação oficial abriu caminho em Portugal a investimentos privados alemães, atraídos pelos baixos impostos, a estabilidade do escudo e a mão-de-obra mais barata da Europa. Em meados dos anos sessenta, a RFA tornara-se já o primeiro investidor estrangeiro em Portugal, o primeiro vendedor e o terceiro mercado para os produtos portugueses. Desta forma, em muito poucos anos, a RFA, junto com a França de Charles De Gaulle, convertera-se no principal aliado de Portugal.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Thomas Schroers, *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik (1949-1976)*, Tese de doutoramento, Universität der Bundeswehr Hamburg, 1998; Ana Mónica Fonseca, *A Força das Armas: o Apoio da República Federal da Alemanha ao Estado Novo (1958-1968)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007; Daniel Marcos, *Salazar e de Gaulle: a França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

Admiradores sinceros de Salazar, os dirigentes conservadores da jovem RFA nunca ocultaram a sua simpatia pelo Estado Novo, um sistema para eles legítimo, ainda para mais aliado fiel na luta contra o comunismo.<sup>2</sup> O ministro da Justiça e posterior presidente do Bundestag, Richard Jaeger, foi destacado apologista da amizade luso-alemã, e por isso foi acolhido em Lisboa por notáveis do regime, participou em *visitas guiadas* pelas colónias e não teve pudor em declarar os combatentes portugueses “soldados da Europa” que preservavam em África a civilização face à barbárie.<sup>3</sup> Sem temer as críticas da opinião pública alemã, a mais anticomunista da Europa democrática, a única preocupação do governo de Bona pela sua amizade com Lisboa era o prejuízo que poderia causar ao prestígio internacional da RFA, o que obrigou a desenvolver os seus negócios de armas com extrema cautela. Todavia, em Junho de 1962, nem o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão conhecia todos os pormenores dos acordos assinados em Lisboa, dois anos antes, pelo seu colega da Defesa Franz-Josef Strauss, que tinham possibilitado, até essa altura, o fornecimento a Portugal de 31.102 pistolas, 25.718 espingardas, 6.000 pistolas-metralhadoras, 1.702 metralhadoras, 15.5 milhões de cartuchos, 18.500 granadas de fumo e gás lacrimogéneo, 140 viaturas, 42 aviões, etc.<sup>4</sup> Mas, à medida que a guerra das colónias se agravava, manter o segredo tornou-se impossível e sobretudo as jovens nações africanas começaram a acusar a RFA de ser cúmplice nos crimes do exército português.

Para acabar com esta incómoda situação, a Grande Coligação formada em Dezembro de 1966 considerou a possibilidade de reduzir drasticamente a venda de armas e encerrar a base de Beja. Contra esta opção posicionaram-se, no entanto, alguns ministros que, cedendo aos argumentos do embaixador em Lisboa, Herbert Müller-Roschach, consideravam que a decisão “destruía o próprio núcleo das nossas relações” com Portugal, afectando muito a

<sup>2</sup> Jürger Zimmerer, “‘Der bestregierte Staat Europas’: Salazar und das Neue Portugal im konservativen Abenland-Diskurs der frühen Bundesrepublik Deutschland”, in: *Portugal-Alemanha-Brasil, Actas do VI Encontro Luso-Alemão*, Braga, Universidade do Minho, 2003, pp. 81-101.

<sup>3</sup> “Conversa com o ministro da Justiça Richard Jaeger”, *Der Spiegel*, 47 (1965).

<sup>4</sup> Ana Mónica Fonseca, *A Força das Armas*, p. 170.

cooperação económica.<sup>5</sup> Uma cooperação que poderia sofrer um extraordinário impulso se Bona aceitasse o convite de Lisboa para que empresas alemãs participassem na construção da barragem de Cabora Bassa, em Moçambique. Perante esta objecção, a RFA decidiu manter a cooperação militar, embora reduzisse o volume de armas vendidas, e redimensionasse o projecto de Beja para um simples aeroporto de treinos. A defesa dos, entretanto, crescentes interesses alemães em Portugal merecia que se continuasse a cultivar uma amizade com os dirigentes lusos que, segundo o embaixador, era “vista com inveja nos círculos diplomáticos de Lisboa.”<sup>6</sup>

Eram guardiães fiéis das relações privilegiadas com Portugal diplomatas ultraconservadores como o próprio Müller-Roschach, afastado da embaixada de Lisboa em 1968 ao ser veiculado para a opinião pública que, como alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial, trabalhara na organização do Holocausto.<sup>7</sup> Admirador de Salazar, o embaixador considerava Portugal um oásis de paz e harmonia cujo único problema era o facto de ser mortal o seu extraordinário líder. Esta sagaz observação levava Müller-Roschach a concluir, em 1966, que era preciso estar-se preparado para o dia em que o chefe do Governo faltasse, reconhecendo assim, com certa relutância, a necessidade de se aproximar do mundo para ele ignoto dos democratas lusos. Se Salazar, graças ao seu “conhecimento da alma do povo português, [...] das suas qualidades e, sobretudo, dos seus defeitos”, tinha conseguido neutralizar a oposição durante quase 40 anos, agora os tempos estavam a mudar e a RFA devia adaptar-se a esse facto.<sup>8</sup> Neste sentido, tornava-se prioritário acabar com a péssima imagem que os democratas tinham da República de Bona devido ao apoio incondicional ao Estado Novo, pois podia

influenciar negativamente as relações bilaterais durante a transição que mais tarde ou mais cedo chegaria.<sup>9</sup> Este era, pois, o momento de introduzir algum tipo de apoio ao movimento democrático luso, o que abria um amplo campo de acção aos partidos alemães e, muito especialmente, ao social-democrata.

Os primeiros contactos com a ASP

Para a social-democracia alemã, o anti-salazarismo foi *terra incognita* até Setembro de 1966, quando o secretário-geral da Acção Socialista Portuguesa (ASP) Mário Soares, e o secretário das relações internacionais Francisco Ramos Costa, bateram à porta da sua sede central em Bona, e propuseram a um funcionário do Departamento de Relações Internacionais o estabelecimento de relações fraternas.<sup>10</sup> Semanas mais tarde, e sem indicação do SPD, imerso nas negociações para a formação da Grande Coligação, viria a produzir-se também o primeiro contacto da Fundação Friedrich Ebert com a ASP. A iniciativa partiu de Robert Lamberg durante uma missão a Madrid para fomentar a cooperação com o grupo de Enrique Tierno Galván, então grande promessa do socialismo espanhol. Incentivado por Raul Morodo, o emissário da Fundação Ebert viajou até Lisboa no mês de Novembro de 1966. De volta a Bona redigiu um elaborado relatório que pode considerar-se a primeira abordagem da social-democracia alemã à realidade da oposição socialista ao Estado Novo.<sup>11</sup>

Procedente de Espanha, onde se sentia o dinamismo de uma sociedade que estava a forçar a ditadura franquista a liberalizar-se, Robert Lamberg ficou surpreendido com o atraso económico, a falta de pulsão social e a esclerose política de Portugal. O país parecia uma ilha parada no tempo, com escassos sinais de modernização e

<sup>5</sup> *Akten zur Auswärtigen Politik der Bundesrepublik Deutschland* (AAPD), 1967, documento n.º 295.

<sup>6</sup> Relatório anual de 1967 da embaixada alemã em Portugal, Politisches Archiv – Auswärtiges Amt (PAAA), Berlim, B26/408.

<sup>7</sup> Eckart Conze, Norbert Frei, Peter Hayes, Moshe Zimmermann, *Das Amt und die Vergangenheit. Deutsche Diplomaten im Dritten Reich und in der Bundesrepublik*, Munique, Pantheon, 2012, pp. 665 ss.

<sup>8</sup> Relatório anual de 1966 da embaixada alemã em Portugal, 3.4.1967, PAAA, B26/410.

<sup>9</sup> Relatório do embaixador Müller-Roschach, 25.1.1967, PAAA, B26/410.

<sup>10</sup> Francisco Ramos da Costa a Hans-Eberhard Dingels, 31.12.1966, Arquivo da Fundação Mário Soares (AFMS), Lisboa, DRC 04283.001.

<sup>11</sup> Mário Soares recorda ter conhecido Robert Lamberg no escritório de Enrique Tierno Galván em Madrid. Robert Lamberg mantém, no entanto, que no momento da sua chegada a Lisboa se apresentou a Mário Soares na sua casa do Campo Grande e que foi aí que o viu pela primeira vez. Testemunho de Robert Lamberg, Fevereiro de 2013, Buenos Aires, Arquivo pessoal do autor.

situações de pobreza impróprias do século xx. Quanto ao bizarro regime do doutor Salazar, um dos seus aspectos mais característicos era a assombrosa capacidade desmobilizadora, ao ter conseguido que o povo interiorizasse o medo e o terror como algo natural. Não existia nada parecido com um debate público e os jornais eram panfletos com menor valor informativo e veracidade do que os “órgãos soviéticos no tempo de Estaline”. A sucessão do velho ditador constituía um tema tabu, e a única mensagem política repetida até à saciedade pelo regime era um *après nous le déluge*. Dado o absoluto hermetismo do Estado Novo, qualquer previsão de futuro era pura especulação. Em todo o caso parecia evidente que a oposição viria a ganhar relevância. Assim o entendiam as principais embaixadas dos países europeus, que já haviam aberto canais de comunicação com ela. A representação alemã constituía uma excepção que alimentava a péssima reputação da RFA nos círculos democráticos. Apesar da posição condescendente do Ocidente com a ditadura e da grosseira propaganda anticomunista, o prestígio do bloco de Leste entre a oposição não comunista portuguesa era “igual a zero” e existia uma aberta vontade de cooperação com os partidos europeus.

Robert Lamberg conheceu em Lisboa Mário Soares, Gustavo Soromenho, Raúl Rêgo e outros membros da ASP. Todos eles intelectuais e *hommes d'affaires* que no seu tempo livre conspiravam contra a ditadura, concebiam documentos que faziam chegar às autoridades e tentavam projectar para o exterior através dos escasos correspondentes da imprensa em Lisboa. A aspiração destes voluntariosos activistas era a de ganhar adeptos, infiltrar-se nos sindicatos corporativos e ir ampliando a sua influência com vista à criação de um partido que pudesse ocupar um papel central na política portuguesa após a ditadura. Carentes de recursos, os socialistas eram muito dependentes da ajuda externa, que na altura chegava a conta-gotas. Em conclusão, Lamberg animava o conjunto da social-democracia alemã a apoiar por todos os meios a ASP. E não só por solidariedade com companheiros necessitados, mas como parte de uma política alemã dirigida a promover activamente a democracia na Península Ibérica: “A Acção [SP] tem um considerável potencial de crescimento no conjunto da oposição democrática de Portugal.

Politicamente é o nosso parceiro natural. A nossa ajuda seria de grande importância para a configuração do futuro de Portugal. Para além disto, poderia ser uma forma de neutralizar ou eliminar as consequências prejudiciais para a RFA da, em minha opinião, política míope do Ministério dos Negócios Estrangeiros”.<sup>12</sup>

Poucos dias depois de receber este relatório da Fundação Ebert, Willy Brandt assumiu o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros da Grande Coligação. O presidente do SPD teve, assim, nas suas mãos o atribuir à recém descoberta ASP um lugar na política da RFA em relação a Portugal. Porém, contra a opinião de Lamberg e também do embaixador Müller-Roschach, o ministro não considerou isso oportuno. As relações bilaterais, que já sofriam tensões por causa da decisão de Bona de reduzir a venda de armas e desvalorizar a base de Beja, não deviam tornar-se ainda mais complicadas dando um apoio visível a um minúsculo grupo de oposição, pois isso incomodaria profundamente as irascíveis autoridades de Lisboa. Por mais paradoxal que possa parecer em retrospectiva, com esta atitude Willy Brandt pensava não estar a agir de forma alguma contra os interesses dos socialistas portugueses. Imbuídos pelas teorias da modernização em voga na década de sessenta, os líderes social-democratas entendiam que, tal como a Espanha embora a um ritmo mais lento, também Portugal inevitavelmente caminhava em direcção à democracia, empurrado pelo desenvolvimento económico e o seu crescente relacionamento com a Europa.<sup>13</sup> Esta convicção levava-os a acreditar que intensificar as relações com o Estado Novo era também prestar um serviço à futura liberdade do país, limpando assim a má consciência que poderia provocar-lhes a intimidade com um regime mais próximo do fascismo do que da democracia que eles acreditavam perfilar-se no horizonte. Todavia, os líderes do SPD consideravam que a futura transição iria ter como protagonistas não a fraca oposição, mas sim os moderados do regime interessados em dar uma solução política à guerra de África e em conduzir Portugal

<sup>12</sup> Relatório de Lamberg sobre a sua viagem a Portugal, Novembro de 1966, Archiv der sozialen Demokratie (AdsD), Bona, Willy Brandt Archiv (WBA) 1/5.

<sup>13</sup> Antonio Muñoz Sánchez, *El amigo alemán. El SPD y el PSOE de la dictadura a la democracia*, Barcelona, RBA, 2012.

para a Europa. Apesar desses grupos evolucionistas se moverem na sombra, já estariam a tomar posições para o momento decisivo da sucessão do velho Salazar.<sup>14</sup>

A chegada do SPD ao governo não constituiu, portanto, um catalisador para as recém estabelecidas relações com a ASP, bem pelo contrário. A primeira iniciativa de apoio do SPD à ASP só chegaria na Primavera de 1968, e não seria de *motu proprio* mas em resposta a um pedido da Internacional Socialista aos seus partidos membros para que protestassem perante o governo de Lisboa pela deportação de Mário Soares para São Tomé.<sup>15</sup> O vice-presidente do SPD, Alfred Nau, dirigiu então uma nota ao embaixador português em Bona, Manuel Homem de Melo, na qual, deixando clara a sua vontade de não se imiscuir nos assuntos internos do seu país, “com quem a RFA mantém boas relações”, pedia que fosse aliviada a situação pessoal de Mário Soares.<sup>16</sup> O quase total desaparego demonstrado pelo SPD em relação à ASP desde o primeiro contacto em Setembro de 1966, juntamente com as especulações da imprensa internacional sobre uma possível visita do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão a Lisboa<sup>17</sup>, produziram perplexidade e mal-estar entre os socialistas portugueses, e assim o diria, sem subterfúgios, Francisco Ramos da Costa a Willy Brandt, no Verão quente de 1968:

*Jusqu'à maintenant votre parti s'est montré indifférent aux approches que l'ASP lui a fait pour établir des relations amicales*

*comme partis frères socialistes, quoique vous n'ignorez pas l'accueil et l'aide qui nous ont été donnés par l'International Socialiste et, individuellement, d'autres partis socialistes, même ceux qui partagent les responsabilités du pouvoir (...). Moi même, à plusieurs reprises, j'ai profité de l'invitation a différents congrés socialistes (...). Je ne vous fait pas l'injustice de croire que vous admettiez que le fascisme salazarien va durer encore longtemps et vos services d'information vous ont renseigné certainement que notre organisation démocrate et socialiste (ASP) avec les catholiques de gauche font le bloc le plus fort et décisif de l'Opposition Démocratique Portugaise (...). L'ASP jouera un rôle important dans une alternative d'émergence au fascisme et nous serions appelés à trouver une solution à la guerre coloniale en Guinée, Angola et Mozambique; a ce but nous avons formulé une politique de décolonisation.*<sup>18</sup>

Entretanto, e contando com a aprovação do próprio presidente do SPD, a Fundação Friedrich Ebert mostrou, desde a citada viagem de Robert Lamberg a Lisboa, uma aberta disposição em colaborar com a ASP. Na Primavera de 1967, o Ministério dos Negócios Estrangeiros concedeu fundos para criar bolsas de apoio a estudantes portugueses e para financiar uma visita a Bona de Mário Soares e de vários dos seus camaradas, com o objectivo de se conhecerem e de debater medidas concretas de cooperação.<sup>19</sup> No entanto, esta viagem teria que ser cancelada devido à prisão e posterior deportação de Mário Soares. Quanto às bolsas, nessa altura os socialistas portugueses lusos não propuseram nenhum candidato. A primeira medida de apoio da Fundação Ebert concretizar-se-ia em Julho de 1967 mediante a participação de dois estudantes de Lisboa num seminário organizado perto de Colónia para socialistas espanhóis.<sup>20</sup> Por muito humilde que fosse este começo, a semente do projecto

<sup>14</sup> “A luta pela sucessão de Salazar em Portugal”, *SPD Pressedienst*, 19.10.1967.

<sup>15</sup> Hans-Eberhard Dingsel a Alfred Nau, 18.4.1968, AdsD, SPD Parteivorstand 10523.

<sup>16</sup> Alfred Nau a Manuel Homem de Melo, 26.4.1968, AdsD, SPD Parteivorstand 10523.

<sup>17</sup> Durante uma reunião da NATO celebrada em Dezembro de 1967, Alberto Franco Nogueira convidou Willy Brandt a visitar Portugal. Dias mais tarde, anunciou-se que o ministro do Exterior da RFA visitaria Espanha em meados de 1968, pelo que o seu homólogo português aproveitou para reiterar o seu convite. A notícia sobre uma possível viagem oficial de Willy Brandt a Portugal e Espanha despertou críticas entre os socialistas ibéricos e alemães, as quais contribuíram para que finalmente a iniciativa se cancelasse. A ASP escreveu a Brandt: “Nous nous demandons comment la diplomatie allemande, sous la direction d'un camarade à nous, démocrate socialiste comme nous même, a pu donner son accord a ce malheureux project.” Manuel Tito de Morais e Francisco Ramos da Costa a Willy Brandt, s/d [Abril 1968], AdsD, SPD Parteivorstand 10523.

<sup>18</sup> Francisco Ramos da Costa a Willy Brandt, 25.6.1968, AdsD, SPD Parteivorstand 10513.

<sup>19</sup> Günter Grunwald ao Auswärtiges Amt (Ministério dos Negócios Estrangeiros da RFA), 12.4.1967, AdsD, FES Hausakten 1373.

<sup>20</sup> Tratavam-se de Fernando E. Antunes Marques e Pedro Coelho Santos, ambos estudantes de engenharia. Entre os participantes espanhóis estava o futuro ministro e comissário europeu Pedro Solbes. Relatório sobre o seminário celebrado entre 3 e 15 de Julho de 1967, AdsD, FES Hausakten 1374.

da Fundação Ebert em Portugal foi assim plantada, e não deixaria depois de se desenvolver.

A posição da social-democracia alemã face ao socialismo português, aqui descrita no período de 1966-1968, não sofrerá mudanças substantivas nos anos seguintes, como veremos de seguida. Por um lado, encontraremos um SPD muito pouco inclinado a dar satisfação às solicitações de apoio político formuladas pela ASP, devido à prioridade que o partido do governo de Bona dava à manutenção de boas relações com as autoridades de Lisboa, sem prejuízo de estender pontualmente uma mão aos companheiros mediante uma intermediação através dos canais diplomáticos. Por outro lado, verificaremos como a Fundação Ebert irá levar a cabo uma ampla série de iniciativas dirigidas a apoiar os esforços da ASP para se consolidar como organização em Portugal e para se projectar nos círculos socialistas europeus.

## 2 - O marcelismo

Confiando na reforma impossível. Willy Brandt e o marcelismo

A chegada de Marcelo Caetano ao poder coincidiu com os preparativos para a visita oficial a Portugal do chanceler da RFA Kurt-Georg Kiesinger, pensada como uma forma de reafirmar a relação bilateral algo abalada pela decisão da Grande Coligação em reduzir o nível de cooperação militar. Perante o risco de que a sucessão de Salazar trouxesse uma situação de instabilidade, o governo de Bona pensou em anular a visita, mas descartou a opção ao constatar que a transição em Lisboa decorria de forma tranquila, para desalento da oposição face à passividade e indiferença da população. A viagem do chanceler a Portugal, a única realizada por um chefe de governo europeu durante o Estado Novo, provocou algumas críticas na RFA onde as revoltas estudantis haviam sacudido as consciências de uma sociedade que agora se perguntava sobre o sentido da amizade do seu governo com as ditaduras do Sul da Europa. Ao mesmo tempo que garantiu a Caetano a continuidade das excelentes relações bilaterais, o chanceler declarou que para a

RFA a era do colonialismo estava superada. Com estas mensagens contraditórias, Kiesinger deixou Portugal convencido de que os ventos de mudança haviam finalmente entrado no país ibérico.<sup>21</sup>

O revezamento no topo do Estado Novo produzia-se no momento em que o Ocidente começava a sentir uma séria preocupação com a guerra em Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Se o exército luso havia conseguido manter, até então, a iniciativa militar naqueles territórios, devia-se menos à coragem dos soldados do que ao facto dos países comunistas terem ficado à margem do conflito e sem armarem os movimentos de libertação. Visto o crescente interesse da União Soviética e da China pelo Terceiro Mundo, a situação podia agora mudar e as colónias portuguesas corriam o risco de se tornarem em novos Vietnams, com consequências imprevisíveis para o *statu quo* mundial. Os aliados da NATO receberam, portanto, Caetano com grande expectativa, pois parecia disposto a abrir o caminho para a saída do labirinto africano em que o seu país andava há anos perdido. Em maior ou menor grau, todos se mostraram dispostos a dar ao novo líder português o tempo e a compreensão que reclamava para levar adiante o seu projecto, nunca manifestado de forma explícita, de descolonização. No governo de Bona, Caetano encontrará, além do mais, um forte apoio às suas intenções de modernizar a economia e aproximar Portugal da Comunidade Económica Europeia (CEE).<sup>22</sup>

O governo da Grande Coligação foi menos entusiasta com a “Primavera marcelista” do que a própria oposição portuguesa. Para isso contribuíram os relatórios do novo embaixador em Lisboa, o ex-membro das SS Hans Schmidt-Horix, que acabaria por suicidar-se em 1971. Desde cedo, o embaixador chamou a atenção sobre a fragilidade do projecto de Caetano por causa da enorme rejeição que encontrava no poderoso sector conservador e africanista. A liberalização do Estado Novo e a descolonização só podiam, portanto, entender-se como um processo a muito longo prazo, sinuoso

<sup>21</sup> Relatório do Auswärtiges Amt sobre a viagem de Kiesinger a Espanha e Portugal, 30.9.1968, PAAA, B26/409.

<sup>22</sup> Para uma análise exaustiva das relações bilaterais durante o marcelismo, veja-se Rui Lopes, *West Germany and the Portuguese Dictatorship, 1968-1974*, Londres, Palgrave, 2014.



e sempre ameaçado por um golpe dos ultras. Ao contrário do que acreditava a oposição, aquela não era a sua hora feliz, mas a dos sectores reformistas e europeístas do regime que Caetano tentava promover.<sup>23</sup> A oposição democrática era apenas um frágil rebento que crescia ao calor da liberalização. Isto se haveria de demonstrar no II Congresso Republicano de Aveiro, em Maio de 1969. Mais do que a importância que podia ter como plataforma de lançamento de uma oposição muito dividida que carecia de organização, de objectivos definidos e até de líderes comprovados, a real relevância do Congresso assentava no mero facto de se ter realizado, o que seria mais uma demonstração da vontade liberalizadora do novo primeiro-ministro.<sup>24</sup> O movimento democrático necessitava, por consequência, de um longo período de maturação e devia ser, para além disso, o primeiro interessado no êxito do projecto de Marcelo Caetano, pois, ao fim e ao cabo, só o professor podia “conduzir progressivamente Portugal ao estado de direito democrático”.<sup>25</sup>

Em harmonia com os conselhos do embaixador, o SPD concentrou as suas esperanças de evolução positiva em Portugal em Marcelo Caetano e manteve a distância em relação aos companheiros socialistas que, precisamente, tinham depositado enormes esperanças no apoio externo para se lançarem na aposta arrojada de concorrerem pela primeira vez às eleições legislativas com listas próprias. Em Fevereiro de 1969, Willy Brandt visitou Lisboa durante poucas horas para se encontrar com o seu homólogo Alberto Franco Nogueira, com quem debateu a aproximação de Portugal à CEE.<sup>26</sup> O ministro alemão estava convencido de que a sua presença em Lisboa incentivaria os sectores reformistas e europeístas do regime. Mas, na verdade, a impressão que ficou na opinião pública portuguesa foi de que existia total harmonia

e cumplicidade entre o socialista Brandt e o ultraconservador Franco Nogueira. A iniciativa do líder do SPD significou, por isso, um rude golpe para a oposição, sobretudo para a ASP, que não hesitou em qualificá-la de uma intolerável amostra de amizade com os “fascistas portugueses”.<sup>27</sup>

Convidado pela Fundação Ebert, Mário Soares foi a Bona no Verão de 1969 com o intuito de relançar a cooperação com os social-democratas alemães. Uma vez ali, o líder da ASP, com a ajuda de Robert Lamberg, tentou combinar um encontro com Willy Brandt, mas foi-lhe negado o acesso ao presidente do partido na sede do SPD. Segundo Lamberg, tratou-se de uma situação humilhante para Mário Soares, que quando partiu disse: “Pelo menos resta-nos na Alemanha um amigo inabalável, embora seja só um: tu, Roberto.”<sup>28</sup> Semanas antes, a ASP havia assistido pela primeira vez, como observadora, a um congresso da Internacional Socialista, que aprovou o envio de uma delegação a Lisboa durante a campanha eleitoral para demonstrar o apoio dos socialistas europeus às listas de Mário Soares. Significativamente, o SPD distanciou-se da iniciativa “não só pelos interesses da política alemã”, mas também por a considerar contraproducente para os próprios companheiros lusos.<sup>29</sup> Dado o horizonte democrático em Portugal se alcançar *exclusivamente* no caso de Marcelo Caetano triunfar sobre os sectores ultra, não fazia sentido promover iniciativas da Europa que só serviriam para corroer o primeiro-ministro. A decisão do governo de Lisboa de expulsar do país a delegação da Internacional Socialista, liderada pelo seu secretário-geral Hans Janitschek, reforçou os pontos de vista do SPD.<sup>30</sup>

Embora rodeadas de irregularidades, as eleições de Outubro de 1969 foram as mais limpas realizadas durante o Estado Novo e possibilitaram que pela primeira vez acedessem à Assembleia Nacional críticos moderados do regime que formariam a chamada Ala Liberal. O governo alemão valorizou as eleições de forma

<sup>23</sup> Relatório da embaixada sobre a reestruturação da União Nacional, 1.7.1969, PAAA, B26/399.

<sup>24</sup> Relatório da embaixada sobre o II Congresso Republicano, 21.5.1969, PAAA, B26/399.

<sup>25</sup> Relatório de Schmidt-Horix sobre as relações governo-oposição em Portugal, 26.8.1969, PAAA, B26/399.

<sup>26</sup> Relatório do Auswärtiges Amt sobre a visita de Brandt a Lisboa, 10.2.1969, PAAA, B26/400.

<sup>27</sup> Francisco Ramos da Costa a Robert Lamberg, 5.3.1969, AFMS, DRC 04384.001.

<sup>28</sup> Robert Lamberg, *Bootspartie im Acheron. Ein Leben zwischen braunem und rotem Totalitarismus*, Zúrique, Verlag Neue Zürcher Zeitung, 2006, p. 347.

<sup>29</sup> Hans-Eberhard Dingels a Hans-Jürgen Wischniewski, 9.10.1969, AdsD, WBA 2/50.

<sup>30</sup> Hans-Eberhard Dingels a Hans-Jürgen Wischniewski, 23.10.1969, AdsD, WBA 2/50.

muito positiva e considerou que elas constituíam um apoio ao primeiro-ministro e ao seu programa de *mudança na continuidade*. Extremamente optimista, o SPD chegou a publicar no seu serviço de imprensa: “Portugal não é ainda um país democrático, mas sem dúvida que dá sinais de caminhar nessa direcção”.<sup>31</sup> Além do mais, as eleições tinham demonstrado a enorme debilidade dos socialistas e, inclusivamente, a sua incapacidade para competir, com um mínimo de eficácia, com os comunistas cujas listas tinham tido muito mais êxito. Na opinião da embaixada em Lisboa, esta situação não mudaria a médio prazo, uma vez que a juventude se estava a radicalizar a passos largos e considerava a ASP o pálido reflexo de uma social-democracia europeia que fazia o jogo do ditador. O máximo a que podia aspirar o socialismo luso em tais circunstâncias era que, “caso Caetano tivesse êxito na tentativa inédita de levar o outrora país fascista para uma ordem democrática sem que ocorra uma revolução”, Soares fosse nomeado ministro pelo seu antigo professor.<sup>32</sup>

As eleições em Portugal coincidiram com as da RFA, das quais saiu o primeiro governo de maioria social-democrata da história da República de Bona. Willy Brandt ascendia à liderança do país que se havia convertido na maior potência económica do continente, mas que tinha reduzido peso na cena política internacional. O novo governo aspirava modificar essa situação, centrando os seus esforços em impulsionar uma política de distensão entre os dois blocos e em desbloquear a questão alemã. Na coligação social-liberal estavam depositadas enormes esperanças por parte da juventude alemã, que nos últimos anos havia agitado as convenções de uma sociedade muito conservadora e que queria ver como se plasmavam nas leis as realidades que já se encontravam nas ruas. Em 1970, centrado na *Ostpolitik*, o governo de Willy Brandt aparecia como o paladino do diálogo europeu e da paz mundial. No entanto, esta aparência estava em flagrante contradição com a política desse mesmo governo para a África portuguesa. Bona não só continuava a vender armas a Lisboa como ainda dava cobertura a um projecto como o de Cabora

<sup>31</sup> “Continuam as detenções em Espanha, Portugal oferece um panorama confuso”, *SPD Pressedienst*, 27.10.1969.

<sup>32</sup> Relatório de Schmidt-Horix sobre Mário Soares, 17.12.1969, PAAA, B26/399.

Bassa, em si mesmo um monumento da vontade portuguesa de se perpetuar no continente negro. Para muitos sectores da esquerda alemã, Cabora Bassa converteu-se num símbolo intolerável do neo-colonialismo, de que Willy Brandt não podia continuar cúmplice.<sup>33</sup>

No governo social-liberal conviviam duas visões diferentes sobre Portugal e o seu Império. A maioria defendida pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, o liberal Walter Scheel, e os da Economia e da Defesa, que estavam a favor de manter a venda de armas a Lisboa e da presença de empresas alemãs no projecto de Cabora Bassa. A minoritária representada pelo ministro da Cooperação Económica Erhard Eppler, que contava com o apoio da maioria das bases do SPD e de uma parte dos deputados social-democratas. Homem de fortes convicções religiosas, Eppler defendia, de forma veemente, uma política alemã para o Terceiro Mundo posta ao serviço da solidariedade, da liberdade e da legalidade internacional, o que exigia uma revisão total das relações com o Estado Novo. O chanceler Willy Brandt, a quem rapidamente se acusará de falta de liderança, permitiu que os ministros exprimissem publicamente as suas opiniões, deixando em aberto o caminho para mal-entendidos.

Desde o início de 1970 que membros da esquerda do SPD se manifestaram a favor da independência das colónias portuguesas. Em Abril, membros do MPLA, FRELIMO e PAIGC visitaram Bona e foram recebidos na sede do partido. E em Agosto o presidente da Renânia do Norte – Vestefália, Hans Kühn, disse em Lusaca que a Fundação Ebert apoiava moral e materialmente aqueles movimentos de independência.<sup>34</sup> Estas declarações indignaram o governo de Lisboa e desconcertaram o próprio ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, que reclamou do chanceler clareza na posição oficial do governo.<sup>35</sup> Walter Scheel rejeitava o jogo duplo com Portugal. Se a RFA queria realmente favorecer uma saída do conflito em África, devia fazer uso do capital de confiança alimentado durante

<sup>33</sup> Rudi Maslowski, *Der Skandal Portugal. Land ohne Menschenrechte*, Munique, Hanser, 1971.

<sup>34</sup> Relatório sobre a visita a Bona de Luis d’Almeida, Armando Ponguene e Alcides Beito em 30 de Abril de 1970, 4.5.1970, AdsD, WBA 11.4/59.

<sup>35</sup> Relatório sobre as críticas de Portugal às declarações de Kühn, 18.9.1970, PAAA, B26/398.

anos pela amizade com Portugal e tentar estimular os líderes de Lisboa a avançar na direcção correcta.<sup>36</sup>

Seguindo este conselho, Willy Brandt enviou o seu ministro Horst Ehmke a Lisboa com a missão de propor a Marcelo Caetano apoio alemão para acelerar a descolonização. Anos mais tarde, Brandt escreverá a propósito desta estranha iniciativa: “Recordo-me da estupidez que cometemos quando, no Outono de 1970, depois de combinarmos com [o presidente da Zâmbia e da OEA] Kenneth Kaunda, sondámos em Lisboa a possibilidade de modificar o estatuto das possessões portuguesas num período de dez a onze anos.”<sup>37</sup> É claro que Marcelo Caetano não quis saber do assunto e apenas se preocupou em vender a Horst Ehmke as bondades da reforma constitucional, que abriria novos horizontes para as colónias. O ministro alemão partiu com a impressão de que, efectivamente, o primeiro-ministro desejava caminhar lentamente até à descolonização, mas que o seu espaço de manobra era muito pequeno devido à enorme pressão dos sectores ultra.<sup>38</sup> Esta confiança em Marcelo Caetano nem sequer se pôs em questão quando, semanas mais tarde, o exército lusó atacou Conacri com a intenção de derrubar o governo da Guiné e destruir o quartel-general do PAIGC. A operação *Mar Verde* foi um fiasco que provocou um escândalo internacional e danificou seriamente a imagem de Marcelo Caetano. Em Bona, no entanto, considerou-se como “verdade histórica” que a operação tinha sido manobrada pelo sector ultra para boicotar os esforços de Caetano para dar uma solução política à guerra.<sup>39</sup>

Agarrado à ideia de que Marcelo Caetano era um liberal acosado pelas forças da reacção, e consciente de que não havia nenhuma alternativa viável à que representava o primeiro-ministro, o governo de Willy Brandt continuou a dar-lhe apoio, por exemplo, acelerando as negociações em Bruxelas, entre Portugal e a CEE, que levariam ao

acordo comercial de 1972, e relançando a venda de armas a Lisboa.<sup>40</sup> Qualquer outra opção ter-se-ia revelado incoerente com a participação de empresas alemãs no projecto de Cabora Bassa, e com a postura do grande aliado americano que, desde a chegada de Robert Nixon à Casa Branca, havia dado uma volta na política das anteriores administrações e começou a prestar apoio militar a Portugal.<sup>41</sup> Incapaz de sobrepor a ética aos interesses nacionais na sua posição perante o Estado Novo, Willy Brandt, prémio Nobel da Paz em 1971 pela sua política de diálogo com as ditaduras comunistas, acabaria por ser objecto de críticas cada vez mais ácidas, tanto de governos africanos, como dos sectores da esquerda da própria RFA.<sup>42</sup>

O apoio da Fundação Ebert à ASP em Portugal e na Europa

O projecto da Fundação Ebert em Portugal, após o seu início tímido em 1967, começou a ganhar impulso durante a “Primavera marcelista”. Em Novembro de 1968, Robert Lamberg participou em Lisboa num jantar de homenagem, organizado pelos companheiros e amigos de Mário Soares quando do seu regresso do desterro em São Tomé. Aproveitando a liberalização anunciada por Caetano, a ASP aspirava converter-se num “ponto de cristalização de toda a oposição democrática portuguesa”, disse Soares a Lamberg. O primeiro passo era superar a *tabula rasa* em termos de infra-estrutura, criando uma cooperativa cultural como as que tinham então os cristãos-democratas e os comunistas. Esta cooperativa faria as vezes de sede oficial da ASP e serviria, para além disso, para difundir os ideais socialistas pela população. Completamente carentes de meios, os camaradas portugueses pediam aos alemães que assumissem os encargos de instalação e manutenção.<sup>43</sup> O director-geral da Fundação Ebert, Günter Grunwald, analisou a proposta de Mário Soares, juntamente com outra semelhante do grupo de Tierno Galván em

<sup>36</sup> Walter Scheel a Willy Brandt, 16.9.1970, PAAA, B26/398.

<sup>37</sup> Willy Brandt, *Begegnungen und Einsichten. Die Jahre 1960-1975*, Hamburgo, Hoffmann, 1978, p. 630.

<sup>38</sup> Relatório de Horst Ehmke sobre o seu encontro com Marcelo Caetano, 8.10.1970, PAAA, B26/398.

<sup>39</sup> Embaixada alemã em Lisboa ao Auswärtiges Amt, 1.2.1971, PAAA, B26/444.

<sup>40</sup> Relatório sobre a colaboração militar com Portugal, 6.7.1972, Bundesarchiv (BA), Coblenza, B136/6897.

<sup>41</sup> Mario Del Pero, “I limiti della distensione. Gli Stati Uniti e l’implosione del regime portoghese,” *Contemporanea* 8/4 (2005), pp. 621-650.

<sup>42</sup> Rui Lopes, *West Germany and the Portuguese Dictatorship*, pp. 66-101.

<sup>43</sup> Relatório de Lamberg sobre a sua viagem a Lisboa, 4.12.1968, Arquivo pessoal de Robert Lamberg.

Madrid, e deu luz verde a ambas. Assegurado o financiamento, os socialistas constituíram em Lisboa, em Junho de 1969, a *Cooperativa de Estudos e Documentação*, com sede na Av. Duque d'Ávila, 145.<sup>44</sup> Um pouco mais tarde criariam no Porto *Coordenadas-Cooperativa Cultural de Estudos e Documentação*, com sede na Rua Santo António, 57. Ambos os centros se mantiveram com o dinheiro que a responsável da Fundação Ebert para a Península Ibérica, Elke Esters, faria chegar pelo menos duas vezes por ano.<sup>45</sup>

A *Cooperativa de Estudos e Documentação* realizava nos fins-de-semana recitais, conferências de história, sociologia, economia, arte, música, literatura, etc.. Para não se arriscar a uma multa ou mesmo a ser encerrada, estas actividades não tinham um perfil político muito explícito. O que se revelou pouco atractivo para os jovens e universitários de Lisboa, que se sentiam mais interessados pelas actividades da cooperativa comunista DEVIR ou do Instituto Alemão, cujo novo director, Carl Meyer-Clason, convidava intelectuais de esquerda para grande irritação do governo português e do embaixador, Eherenfried von Holleben.<sup>46</sup> Se se tiver em conta que ir à cooperativa da Duque d'Ávila era em si mesmo uma atitude de afirmação democrática que muitos preferiam evitar para não ficarem marcados pela polícia, são significativos os milhares de pessoas que assistiram às suas actividades e os aproximadamente quatrocentos sócios que chegou a ter. Por mais que os dirigentes se mostrassem insatisfeitos com o resultado, é indubitável que as actividades culturais da *Cooperativa de Estudos e Documentação* consolidaram a presença pública da ASP e contribuíram para ampliar a sua base de simpatizantes.<sup>47</sup>

O outro grande projecto em que embarcou a ASP, no início dos anos setenta, foi o relançar do diário *República*. Também aqui a Fundação Ebert foi a única organização socialista europeia a prestar uma ajuda essencial. Depois de estabelecerem um acordo com a

família proprietária, os socialistas conseguiram, com grande esforço, comprar o histórico jornal.<sup>48</sup> Mas renovar o *República* requeria, no entanto, muito mais do que o entusiasmo dos novos proprietários. O imóvel da Rua da Misericórdia, 116, ameaçava ruir, a maquinaria era antiquada, o quadro de pessoal escasso. O investimento necessário ultrapassava em muito as possibilidades dos socialistas pelo que apelaram à solidariedade alemã. Nas suas visitas a Bona, Mário Soares, Raúl Rêgo e Gustavo Soromenho solicitaram à Fundação Ebert uma injeção de 150.000 DM para o *República*.<sup>49</sup> Perante a negativa do governo de Bona em atribuir esse dinheiro a um jornal cuja razão de ser era corroer o liberal Marcelo Caetano, a Fundação Ebert recorreu a um crédito do Bank für Gemeinwirtschaft, próximo da Confederação Alemã de Sindicatos (DGB).<sup>50</sup> Em Dezembro de 1972, Günter Grunwald deslocou-se a Lisboa e, actuando como intermediário do banco, assinou com Raúl Rêgo e Gustavo Soromenho um contrato que todos sabiam ser fictício, uma vez que o periódico nunca estaria em condições de devolver o crédito.<sup>51</sup> Esta substancial ajuda alemã ao diário *República* nunca seria dada a conhecer pelos socialistas lusos. É por isso que os estudiosos desse jornal não conseguiram, até hoje, encontrar explicação racional para a modernização e expansão que teve em 1973.<sup>52</sup>

Apesar do exílio de Mário Soares ter sido um duro golpe para a ASP em Portugal, tornar-se-ia providencial pela forma como contribuiu para a sua projecção internacional e consolidação como referência da oposição ao Estado Novo. Soares foi decisivo para reforçar os laços com os partidos irmãos e para conseguir, em 1972, a admissão da ASP na Internacional Socialista. Não obstante, os socialistas europeus estiveram muito longe de satisfazer os camaradas lusos. Os constantes pedidos de Soares para isolar

<sup>48</sup> Mário Soares a Elke Esters, 15.9.1970, AdsD, FES Hausakten 2909.

<sup>49</sup> Memorandum de Raúl Rêgo, s/d [1971], AdsD, FES Hausakten 12799.

<sup>50</sup> Günter Grunwald ao Bank für Gemeinwirtschaft, 2.10.1972, AdsD, FES Hausakten 2909.

<sup>51</sup> Contrato entre a Fundação Friedrich Ebert e *República*, 8.12.1972, AdsD, FES Hausakten 12800.

<sup>52</sup> Suzana Cavaco, *Mercado Media em Portugal no Período Marcelista*, Lisboa, Edições Colibri, 2012, p. 418.

<sup>44</sup> Relatório sobre as actividades da Fundação Ebert em Portugal, 30.1.1970, AdsD, FES Hausakten 973.

<sup>45</sup> Entrevista com Elke Esters, Bona, Agosto 2010.

<sup>46</sup> Curt Meyer-Clason, *Diários Portugueses*, Lisboa, Documenta, 2013.

<sup>47</sup> Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada, Casa das Letras/ Editorial Notícias, 2005, pp. 125-128.

o regime e para apoiarem massivamente uma opção socialista em Portugal, não foram escutados. Em plena era de “desanuviamen-  
to” na Europa, a ideia de pressionar de qualquer forma um país  
membro da NATO estava fora de questão. Embora não o ver-  
balizassem, os socialistas europeus tinham chegado à conclusão,  
como o SPD, de que se Portugal tinha de alcançar algum dia a  
democracia, a única via seria a definida por Marcelo Caetano.  
Por isso não se comprometeram de forma consequente com a  
ASP. Na primeira reunião do Comité Portugal da Internacional  
Socialista em 1972, Mário Soares teve de insistir junto dos seus  
colegas europeus para que decidissem “se querem conceder uma  
ajuda real e efectiva aos socialistas portugueses, ou se pretendem  
simplesmente continuar a fazer declarações.”<sup>53</sup> E é neste con-  
texto que se explica a importância do apoio real e efectivo que a  
Fundação Ebert prestou aos socialistas lusos, em Portugal, como  
vimos, e na Europa.

O *leitmotiv* da colaboração da Fundação Ebert com os socialis-  
tas portugueses no exílio consistiu em acompanhar o seu trabalho  
de proselitismo, propaganda e *lobby*. Um trabalho que tinha uma  
vertente muito acentuada na promoção da imagem de Mário Soares  
como líder do movimento democrático em Portugal. Neste sen-  
tido, seriam essenciais os meios de comunicação europeus como  
o *Le Monde*, onde Soares escreveu com regularidade. Na RFA,  
o seu lançamento mediático iniciou-se em meados de 1970, quan-  
do *Der Spiegel* lhe dedicou uma reportagem depois da Fundação  
Ebert fazer diligências junto da redacção.<sup>54</sup> Soares publicará ainda  
na *Neue Gesellschaft* e na *Nueva Sociedad*, editadas pela Fundação  
Ebert.<sup>55</sup> Soares foi também convidado pela Fundação Ebert para  
conferências na Europa e na América, que contribuíram para o  
colocar sob o foco da atenção mediática e para ampliar a sua rede

de contactos políticos. Em 1973, publicou na Alemanha o seu livro  
*Portugal Bailloné*.<sup>56</sup>

Graças à intervenção de Mário Soares, a Fundação Ebert  
pôde, finalmente, lançar o seu programa de bolsas para estudantes  
portugueses. Em finais de 1969, cinco universitários de Lisboa,  
recomendados pelo líder da ASP, iniciaram os seus estudos na  
Alemanha. Como a maioria dos cerca de 100 gregos e espanhóis  
até àquele momento bolseiros da Fundação Ebert, estes estudan-  
tes portugueses eram politicamente activos e encontraram um  
ambiente muito acolhedor na universidade alemã, epicentro de  
um dinâmico movimento de protesto contra a guerra em África.  
Uma das referências deste movimento era, precisamente, o pri-  
meiro bolseiro português da Fundação Ebert, Eduardo de Sousa  
Ferreira, exilado na RFA nos princípios dos anos sessenta e que, já  
professor de Economia em Heidelberg, publicou estudos sobre o  
apoio do Ocidente ao colonialismo luso.<sup>57</sup> Em colaboração com os  
colegas alemães, os bolseiros portugueses criaram em Estugarda  
uma associação de auxílio aos emigrantes e lançaram a revista  
*A Batalha*. Estas iniciativas colocaram-nos debaixo de olho da  
embaixada portuguesa e da polícia alemã. Nesta situação difícil, os  
bolseiros sentiram-se desapoiados pela Fundação Ebert e alguns  
até ameaçaram abandonar a RFA. Para evitar experiências similares  
no futuro, a Fundação Ebert terminou com o programa de bolsas  
para estudantes portugueses.<sup>58</sup>

Mais satisfatória foi a cooperação entre a ASP e a Fundação  
Ebert no trabalho de proselitismo junto dos emigrantes por-  
tugueses na RFA. As condições de partida eram más, já que, ao  
contrário dos seus colegas gregos e espanhóis, os cerca de 50.000  
portugueses residentes na Alemanha no começo dos anos setenta,  
não mostravam interesse pela política e não se mobilizavam contra

<sup>53</sup> Protocolo da Reunião do Comité Portugal, 3.3.1972, International Institute of Social  
History (IISH), Amsterdão, Internacional Socialista, 779.

<sup>54</sup> “Portugal – Detenções. O fim de uma ilusão”, *Der Spiegel*, 22 (1970).

<sup>55</sup> Mário Soares, “Portugal sem Salazar”, *Die Neue Gesellschaft*, 16 (1969), pp. 465-469;  
idem, “Até onde irá Portugal?”, *Die Neue Gesellschaft*, 18 (1971), pp. 407-410; idem,  
“Portugal, país em crise”, *Nueva Sociedad*, 4 (1973), pp. 3-7.

<sup>56</sup> Mário Soares, *Portugal. Rechtsdiktatur zwischen Europa und Kolonialismus*, Hamburgo,  
Rowohlt, 1973.

<sup>57</sup> Eduardo de Sousa Ferreira, *Portugiesischer Kolonialismus zwischen Südafrika und  
Europa*, Bona/Friburgo, Aktion Dritte Welt, 1972.

<sup>58</sup> Svenja Länder, *A Batalha, Exilerfahrung und politische Aktivitäten der portugiesischen  
Stipendiatengruppe der Friedrich-Ebert-Stiftung (1969-1974)*, Tese de mestrado,  
Humboldt Universität zu Berlin, 2013.

a ditadura na mãe pátria. Durante a sua visita a Bona, na Primavera de 1970, Mário Soares pediu ajuda à Fundação Ebert para divulgar a mensagem da ASP entre os seus compatriotas emigrados. Entrou, assim, em contacto com IG Metall, o poderoso sindicato que contava já com uma grande e eficaz acção no campo da difusão das práticas democráticas entre gregos e espanhóis.<sup>59</sup> A pedido de Soares, o departamento da IG Metall para espanhóis, dirigido pelo galego Carlos Pardo, começou a orientar o seu trabalho de informação também para os portugueses.<sup>60</sup> Por seu lado, a DGB criou um departamento para portugueses sob a direcção de António Elias Cláudio.<sup>61</sup> Embora não fosse um enorme êxito, o trabalho sindical contribuiu para despertar na fechada comunidade portuguesa uma certa aceitação das mensagens das organizações democráticas. Centenas de trabalhadores filiaram-se nos sindicatos e, pela primeira vez, os portugueses foram eleitos delegados nas suas fábricas.<sup>62</sup> Neste terreno fértil, Mário Soares e os seus camaradas puderam finalmente lançar a sua semente e recolher os primeiros frutos. No início de 1973, a ASP já tinha grupos em quatro cidades da RFA.<sup>63</sup>

Em Janeiro de 1973 realizou-se na *Cooperativa de Estudos e Documentação* uma reunião da ASP onde se debateu seriamente, pela primeira vez, a conversão em partido. Desde a adesão à Internacional Socialista, no ano anterior, os camaradas no exílio pressionavam para que se desse esse passo, e como argumentos a favor assinalavam a crescente presença da guerra colonial no debate europeu, a aproximação das eleições legislativas e a crise do regime.<sup>64</sup> Embora os participantes da citada reunião em Lisboa se inclinassem para deixar as coisas como estavam, Mário Soares não alterou o seu itinerário e solicitou ajuda à Fundação Ebert para organizar um “mini congresso”

<sup>59</sup> Antonio Muñoz Sánchez, “Una introducción a la historia de la emigración española a la República Federal de Alemania (1960-1980)”, *Iberoamericana*, XII/46 (2012), pp. 23-42.

<sup>60</sup> Entrevista do autor com Carlos Pardo, Huelva, Maio 2013.

<sup>61</sup> Relatório de Cláudio sobre um seminário para portugueses, 10.4.1974, AdsD, DGAZ 102.

<sup>62</sup> “Trabalhadores portugueses na Alemanha”, *El Noticiero*, Abril 1973.

<sup>63</sup> Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, p. 140.

<sup>64</sup> Susana Martins, “A fundação do Partido Socialista em 1973”, in: Vitalino Canas (org.), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora, 2005, pp. 29-49.

da ASP na RFA.<sup>65</sup> A resposta positiva foi imediata e, em Fevereiro, Elke Esters viajou para Paris e para Lisboa no sentido de organizar a logística de uma operação que deveria permanecer em absoluto segredo, para evitar que a PIDE a pudesse boicotar, impedindo a saída de Portugal dos membros do interior. Em 17 de Abril de 1973, iniciou-se o I Congresso da ASP numa escola de formação da Fundação Ebert em Bad Münstereifel. Mário Soares destacou-se nos debates, expondo e defendendo os motivos que o levavam a defender a criação de um partido. Após longa e intensa troca de opiniões, na tarde de 19 de Abril, no meio de um forte nevão, chegou a hora de votar a proposta de converter a Acção Socialista Portuguesa em Partido Socialista. Houve vinte votos a favor e sete contra. Emocionados, os camaradas entoaram o hino nacional, assinaram a acta de criação do partido e brindaram à saúde do recém-nascido.

A fundação do Partido Socialista (PS) coincidiu com um grande desgaste da imagem internacional do Estado Novo provocado pela situação cada vez mais crítica nas colónias. Neste contexto, Mário Soares pôde iniciar uma campanha de promoção do partido com grande êxito. O momento culminante chegou em Julho de 1973, quando o Labour Party o convidou a participar no protesto contra a visita de Marcelo Caetano a Londres para comemorar os 600 anos das relações de amizade entre Portugal e a Inglaterra.<sup>66</sup> Naqueles meses, Mário Soares foi recebido em muitas capitais europeias por dirigentes socialistas, com quem deu conferências de imprensa e assinou manifestos conjuntos.<sup>67</sup> A visibilidade adquirida pelo PS na Europa teve o desejado efeito em Portugal, onde o regime lançou históricos ataques contra Mário Soares, que desta forma se acabou por converter na figura mais popular do movimento democrático.

Todas estas conquistas dos socialistas portugueses não convenceram, no entanto, o SPD a modificar a sua tradicional frieza para com Mário Soares e os seus camaradas. Forçado pela pressão das

<sup>65</sup> Mário Soares a Elke Esters, 24.1.1973, AdsD, FES Hausakten 12783.

<sup>66</sup> Norrie MacQueen, Pedro Aires Oliveira, “Grocer meets Butcher: Marcello Caetano’s London visit of 1973 and the last days of Portugal’s Estado Novo”, *Cold War History*, 10/1 (2010), pp. 29-50.

<sup>67</sup> Susana Martins, *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, pp. 220 ss.

próprias bases, indignadas pela brutalidade da guerra colonial portuguesa, o SPD não teve outro remédio senão tomar medidas claras de distanciamento com o Estado Novo durante 1973, mas estas apenas se restringiram à sua política africana. Depois de se conhecer a matança em Wiri Yamu, o SPD recebeu em Bona membros dos movimentos de libertação e o ministro Hans Eppler envolveu-se numa polémica pública com o embaixador português, depois de declarar que não se devia tolerar que se repetisse um novo Vietname em África.<sup>68</sup> No que toca à situação interna de Portugal, o SPD manteve a sua discrição tradicional e continuou afastado dos socialistas. Como de costume, o SPD não convidou os companheiros lusos para o seu congresso, celebrado em Hannover, em Abril, nem tão pouco enviou qualquer membro relevante a Bad Münstereifel para saudar o nascimento do PS. Os pedidos de Soares para ser recebido em Bona não foram atendidos.<sup>69</sup> Além disso, tal como em 1969, o SPD não quis participar na missão da Internacional Socialista para supervisionar as eleições legislativas de 1973.<sup>70</sup>

A situação só mudaria na Primavera de 1974, após um pedido bem fundamentado da Fundação Ebert à direcção do SPD para que finalmente respondesse à oferta de diálogo dos camaradas lusos.<sup>71</sup> Em 6 de Abril, Mário Soares participou, na Universidade Popular de Colónia, numa sessão política perante 200 trabalhadores portugueses. Deslocaram-se até lá os membros do Departamento de Relações Internacionais do SPD Hans-Eberhard Dingels e Veronika Isenberg, que comunicaram a Mário Soares a decisão do seu partido em convidar uma delegação do PS a visitar Bona. Soares surpreendeu então os seus interlocutores ao afirmar que existia um plano dos militares para derrubar o Estado Novo e pôr fim à

<sup>68</sup> Relatório do SPD sobre a entrevista, 14.8.1973, AdsD, Helmut Schmidt Archiv (HSA) 8998.

<sup>69</sup> Em Outubro, o secretário-geral do PS escreveu ao SPD: "Para nós é muito importante poder explicar em detalhe o que é o nosso partido, e também dar-vos a conhecer como vemos a situação em Portugal. Ao mesmo tempo, queremos aprofundar as nossas relações fraternas e saber se podemos contar com a vossa solidariedade." Mário Soares a Hans-Eberhard Dingels, 2.10.1973, AdsD, SPD Parteivorstand 11159.

<sup>70</sup> Guillaume Devin, *L'Internationale Socialiste*, Paris, Presses de la FNSP, 1993, pp. 184 ss.

<sup>71</sup> Günter Grunwald a Hans-Jürgen Wischniewski, 5.2.1974, AdsD, FES Hausakten 2972.

guerra colonial. Os socialistas mantinham contactos, já há alguns meses, com vários conspiradores entre os quais se contava o general António de Spínola. Este, inclusivamente, tinha elaborado uma lista de possíveis ministros de um governo de transição, em que apareciam três socialistas, um deles o próprio Mário Soares como responsável dos Negócios Estrangeiros.<sup>72</sup> Perante a gravidade das revelações do secretário-geral do PS, o SPD enviou, em 9 de Abril, o relatório do encontro à Chancelaria.<sup>73</sup> Poucos dias depois, Willy Brandt ordenou ao seu secretário de Estado Egon Bahr que passasse ao governo norte-americano a informação sobre um possível golpe de Estado em Lisboa.<sup>74</sup>

Em 23 de Abril de 1974, Mário Soares e Francisco Ramos da Costa viajaram até Bona para participar no primeiro encontro oficial entre o PS e o SPD. No último dos três dias da estadia, quinta-feira 25, o secretário-geral dos socialistas portugueses deveria reunir-se com o líder dos social-democratas alemães e chanceler federal, Willy Brandt. Nos vários encontros que teve, entre outros com o ministro da Defesa, Georg Leber, Soares voltou a falar de um plano golpista, embora de forma mais vaga do que havia feito em Colónia. No caso de se realizar, a acção militar teria lugar, segundo disse, nos meses de Verão. O líder do PS centrou-se em descrever o Estado Novo como estando mergulhado numa crise terminal e em apresentar o seu partido como um parceiro fiável no processo de transição previsivelmente convulsivo que se iria produzir.<sup>75</sup> Os relatórios alemães sobre a visita a Bona da delegação dos socialistas portugueses, não transmitem a sensação de que os seus interlocutores levassem a sério a possibilidade de que Marcelo Caetano estivesse à beira do abismo. Para o SPD, o mais relevante daquela visita foi descobrir no PS o parceiro, que durante demasiado tempo tinha descuidado, para a sua política em relação a Portugal: "O que Soares pretende com os seus relatórios é prevenir-nos a tempo

<sup>72</sup> Relatório de Isenberg sobre o encontro com Soares, 8.4.1974, AdsD, WBA 8/29.

<sup>73</sup> Hans-Eberhard Dingels a Dieter Schilling, 9.4.1974, AdsD, WBA 8/30.

<sup>74</sup> Dieter Schilling a Egon Bahr, 16.4.1974, AdsD, WBA 8/29.

<sup>75</sup> Relatório de Isenberg sobre a visita de Mário Soares a Bonn, 26.4.1974, SPD Parteivorstand 11484.

sobre a necessidade, mediante a nossa influência, de abrir caminho a uma evolução pacífica que evite soluções radicais. (...) Soares é um homem muito sensato, e sem dúvida longe de falsas emoções (...) pelo que seria interessante não só para nós como também para os outros membros da Aliança [Atlântica], manter boas relações com este homem e o seu grupo”.<sup>76</sup>

Nem o SPD, nem ninguém no governo alemão, podia imaginar quão importantes se tornariam efectivamente as relações com Mário Soares e o seu grupo a partir de então, se bem que em circunstâncias bem diferentes das que haviam levado os dois veteranos exilados lusos a procurar ajuda em Bona. Às seis da manhã do 25 de Abril, Mário Soares foi acordado no seu quarto do Hotel Bristol por uma chamada de Veronika Isenberg: a Rádio Paris informava que alguns quartéis em Portugal estavam mobilizados. “São os nossos!” exclamou Soares, e rapidamente arranhou forma de voltar a França.<sup>77</sup> Não se produziu, portanto, o esperado encontro com o chanceler Willy Brandt, com quem Mário Soares teria, todavia, muitas ocasiões de tratar a partir daquele dia em que começariam a florescer as relações entre a social-democracia alemã e o socialismo português.

### 3 – A Revolução

Do 25 de Abril à demissão de Spínola

O inesperado derrube do Estado Novo e a festa da liberdade que se desencadeou em Portugal, foram seguidas na RFA, como no resto do mundo, com simpatia. No entanto, rapidamente surgiram dúvidas, tendo em conta os gigantescos desafios que Portugal enfrentava, a escassa preparação de militares tornados governantes, o contexto de crise económica mundial e o enorme peso do Partido Comunista Português (PCP). A dificuldade em seguir a nervosa dinâmica dos acontecimentos em Lisboa, o arreigado anticomunismo da cultura política alemã e por último os preconceitos culturais, fizeram

<sup>76</sup> Hans-Eberhard Dingels ao secretário de Estado da Defesa, Willi Berkhan, 24.4.1974, AdsD, SPD Parteivorstand 11159.

<sup>77</sup> Entrevista com Veronika Isenberg, Barcelona, Dezembro 2014.

com que entre os sectores conservadores da RFA aquelas dúvidas logo se convertessem em inquietude. As visões mais pessimistas eram reflectidas, desde a primeira hora, pelos jornais *Frankfurter Allgemeine Zeitung* e *Die Welt*, não por acaso os únicos que haviam defendido até ao fim Marcelo Caetano.<sup>78</sup> Os seus correspondentes em Madrid, que como o resto dos seus colegas alemães tentaram durante os meses seguintes a missão impossível de só com fugazes visitas a Lisboa explicar aos seus leitores a Revolução, sentenciaram, passados apenas alguns dias do golpe, que aquela experiência política estava “ameaçada por todos os lados”. Nem a forte liderança do general António de Spínola, nem a disciplina com que o povo celebrou o 1.º de Maio, nem o grave e equilibrado *pathos* dos militares, nem as chamadas à moderação dos comunistas deviam iludir. Se Portugal era “deste mundo” o espírito de unidade não tardaria a dissipar-se e o país entraria numa espiral de tensão e violência que o arrastaria para o caos, repetindo-se a história da I República. Em começos de Maio, um desses correspondentes alemães, do alto da sua ignorância sobre a realidade portuguesa, atreveu-se a prognosticar que um dia os distendidos e sorridentes soldados que se viam nas ruas de Lisboa acabariam por disparar sobre a mesma gente que agora os abraçava e lhes oferecia cravos.<sup>79</sup>

Pese o facto de estarem mergulhados numa grave crise política que se saldaria na demissão do chanceler Willy Brandt<sup>80</sup>, os social-democratas alemães reagiram com celeridade à mudança de regime em Portugal, e procuraram a forma de contribuir para que não se cumprissem os prognósticos pessimistas em torno da Revolução. Foram três as linhas de acção que o novo governo de Helmut

<sup>78</sup> Manuel de Matos, *Das Bild Portugals in der öffentlichen Meinung der Bundesrepublik Deutschland, 1961-1975*, Tese de doutoramento, Rheinischen Friedrich-Wilhelms-Universität, Bona, 1977, p. 348.

<sup>79</sup> “Fim de um sonho”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 27.4.1974; “Portugal ensaia a liberdade”, *Die Welt*, 29.4.1974; “Oportunidade democrática de Portugal”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 2.5.1974.

<sup>80</sup> Em 24 de Abril de 1974, quando Mário Soares se encontrava em Bona, um dos mais estreitos colaboradores do chanceler, Günter Guillaume, foi preso pela polícia acusado de ser espião da RDA. Submetido a uma intensa pressão, incluindo pelos seus próprios companheiros de partido, Willy Brandt assumiu a responsabilidade do caso e apresentou a sua demissão em 6 de Maio.



Schmidt delineou para tentar influenciar positivamente o processo de transição: apoiar politicamente os novos dirigentes a nível internacional, como por exemplo numa eventual renegociação do Acordo de Portugal-CEE de 1972; apoiar economicamente Lisboa, quer a nível bilateral quer mobilizando créditos internacionais; e, por último, cooperar com os partidos políticos contribuindo para o seu fortalecimento. Durante os primeiros meses da Revolução, o atomizado e mal ajustado poder em Lisboa focou a sua atenção na resolução da questão colonial e não foi capaz de definir outras questões chave como o modelo económico que queria definir para Portugal ou qual havia de ser a relação com a CEE. Desta forma, Lisboa não pôde explorar a linha de ajuda económica que Bona havia proposto, nem tão pouco solicitou o seu apoio para abrir negociações em Bruxelas. Limitada, de momento, a cooperação ao nível estatal, a RFA deparar-se-á como via principal de influência o apoio aos partidos políticos. Dada a desorientação do centro-direita após o 25 de Abril, os liberais e conservadores alemães demoraram meses para encontrar um parceiro viável em Portugal, e só os social-democratas puderam, desde muito cedo, explorar ao máximo esta *diplomacia paralela*. A relação com o PS, que durante anos havia sido um elemento marginal no contexto da política que o governo do SPD mantinha com Portugal, passava assim, de um dia para o outro, a situar-se no seu cerne.<sup>81</sup>

Devido ao seu peso na política europeia, o SPD tornou-se objectivo prioritário do PS na procura de apoios externos, que Mário Soares iniciou durante a viagem continental que realizou a pedido da Junta de Salvação Nacional na primeira semana de Maio. Com a intenção de que a sua visita tivesse o maior impacto mediático e político em Portugal, o líder do PS foi recebido em Bona por Willy Brandt não como presidente do SPD, mas como chefe do governo. Na sua entrevista com o chanceler, Mário Soares apresentou o PS como peça chave para o triunfo da democracia em Portugal, pois dado o desprestígio do centro e da direita pela sua colaboração

<sup>81</sup> Para uma análise exaustiva sobre o SPD e o 25 de Abril, veja-se Mónica Fonseca, *É Preciso Regar os Cravos! A Social-democracia alemã e a transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*, Tese de doutoramento, Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

com a ditadura, os socialistas eram os únicos que podiam “conter o comunismo”.<sup>82</sup> Mas para desenvolver o seu enorme potencial e vencer a batalha com o partido de Álvaro Cunhal, os socialistas deviam superar a enorme distância que em termos de implantação e de influência os separava dos comunistas, o que passava necessariamente por uma massiva ajuda dos companheiros europeus.<sup>83</sup>

Em coordenação com o SPD e o governo, a Fundação Ebert pôs mãos à obra para responder à chamada de Mário Soares. Na segunda semana de Maio, Elke Esters viajou para Lisboa acompanhada por um alto funcionário do Ministério da Cooperação Económica, com a intenção de conceber junto dos companheiros portugueses um plano de ajuda imediata ao PS. A amiga alemã, que tanto os havia ajudado durante a ditadura, foi recebida com honras na *Cooperativa de Estudos e Documentação*, agora convertida na sede provisória do PS. O mesmo ocorreu nos escritórios do *República*, onde foi pedido que se enviasse da Alemanha, urgentemente, rolos de papel, impossíveis de encontrar em Portugal perante a explosão de venda de periódicos após o 25 de Abril. No seu relatório sobre a visita, Elke Esters marcou como prioridade absoluta da colaboração da Fundação Ebert com o PS, ajudar o partido a sair das catacumbas da clandestinidade e a estender pontes com uma sociedade politicamente virgem. Um repto imenso para uma organização que carecia das mínimas infra-estruturas, que não contava com quadros médios ou inferiores, e em que havia um absoluto desconhecimento sobre técnicas de propaganda, proselitismo, etc..<sup>84</sup> Com base nas recomendações de Elke Esters, a Fundação Ebert concebeu um plano de acção em Portugal que em questão de dias recebeu o visto do governo alemão. Os dois pontos essenciais eram o apoio económico às sedes que o PS fora abrindo pelo país e a organização de cursos de formação para os seus quadros. Até Dezembro de 1975, o projecto

<sup>82</sup> Relatório da Chancelaria sobre o encontro Soares-Brandt, 3.5.1974, PAAA, Zwischenarchiv (ZA) 102445.

<sup>83</sup> Relatório de Isenberg sobre a visita de Soares a Bona, Maio 1974, AdsD, SPD Parteivorstand 11484.

<sup>84</sup> Relatório de Elke Esters e Winfried Böll sobre a sua viagem a Lisboa, 14.5.1974, AdsD, NL Bruno Friedrich 1537.

contaria com 2,5 milhões DM, que se canalizaram através da recém-formada Associação António Sérgio.<sup>85</sup>

No início de Julho, chegou a Lisboa, para uma missão de seis semanas, Günter Wehrmeyer, especialista em formação enviado pela Fundação Ebert para assessorar o PS. Imersos no torvelinho da alta política, as poucas dezenas de dirigentes socialistas tinham, desde o 25 de Abril, deixado de parte o partido. Em termos de organização estava tudo por fazer. A solidariedade europeia já se havia activado, mas era insuficiente. Segundo Mário Soares, os comunistas recebiam 8 milhões DM mensais das embaixadas dos países de Leste, em Lisboa, com os quais podiam financiar uns mil funcionários, enquanto o PS apenas tinha dez. Graças à sua disciplina, dinamismo e cobertura propagandística o PCP infundia respeito e admiração. Em comparação, os socialistas pareciam, dizia Wehrmeyer, “um grupo de amadores”. O que se tinha comprovado num comício conjunto do PS e do PCP de apoio ao MFA, e que foi monopolizado pelos comunistas e as suas mensagens de unidade da esquerda: “Depois de uma noite destas parece de todo improvável que o PS tenha uma oportunidade de se impor aos comunistas.” A própria sede nacional do partido, agora na rua São Pedro de Alcântara, 81, era a imagem viva da desorientação socialista. O alemão surpreendia-se que ali houvesse “muita gente às voltas e conversando, em vez de sair para a rua e trabalhar”. A presença do PS no terreno continuava a ser muito débil. Na capital estava apenas presente em 10 das 53 freguesias; em Benfica, o partido tinha 30 membros, dos quais só cinco activos. As secções careciam de recursos e o aluguer das instalações era normalmente pago por um camarada endinheirado. O risco de formação de oligarquias locais do PS era evidente. Por se temer a infiltração de oportunistas e comunistas, viam-se à lupa os pedidos de filiação e não se faziam campanhas de recrutamento. Os membros do partido eram profissionais liberais e estudantes, não havia um único trabalhador. A formação era deficiente, muitos não conheciam o programa do PS e eram incapazes de estabelecer a diferença entre

comunismo e socialismo democrático. Todos estes sérios *handicaps* eram, de alguma forma, compensados pelo entusiasmo e entrega dos camaradas, incomparáveis ao que se estava acostumado a ver em democracias estáveis.<sup>86</sup>

De acordo com o secretário para a Organização do PS, Manuel Tito de Morais, o perito alemão concentrou o seu trabalho na assistência técnica e na formação de quadros a nível local e regional. Com a ajuda de um intérprete, ex-bolseiro da Fundação Ebert na Alemanha, Günter Wehrmeyer realizou seminários a membros do PS sobre os temas mais variados, como teoria e prática do socialismo democrático, relação com outras forças políticas, técnicas de propaganda, recrutamento, financiamento, contabilidade, etc... As suas exposições eram ilustradas com material do SPD traduzido apressadamente para espanhol e português. Em Sacavém, Wehrmeyer criou uma “secção modelo”, alugou as instalações por seis meses, formou os quadros e ajudou a pôr em marcha as suas próprias formas de recrutamento e filiação.

Convencido de que o PS devia concentrar-se no paciente trabalho de organização, o SPD não quis nos primeiros meses da revolução enviar a Lisboa delegações de topo, como os camaradas pediam de forma insistente. Assim, enquanto os socialistas franceses viajaram até Lisboa com uma delegação de primeiro nível tendo François Mitterrand à frente, o SPD limitar-se-ia, naquele Verão de 1974, a enviar o secretário de Estado Hans-Jürgen Wischniewski e o deputado Bruno Friedrich. Ambos se reuniram com ministros, expressaram a simpatia da social-democracia alemã pelo processo de democratização, reiteraram a disposição do governo de Bona em aumentar a cooperação económica e fomentar a aproximação do país à CEE e participaram em acções do PS.<sup>87</sup> Em linha com os esforços do SPD de contrariar o pessimismo dos *media* conservadores alemães, Wischniewski e Friedrich declararam que em Portugal a transição política decorria impetuosa, mas sob o comando firme do prestigiado presidente António

<sup>85</sup> Acordo entre a Fundação Ebert e a Associação António Sérgio, 28.6.1974, AdsD, FES Hausakten 12800.

<sup>86</sup> Relatório de Günter Wehrmeyer sobre a sua actividade em Portugal, 11.8.1974, AdsD, FES Hausakten 2972.

<sup>87</sup> “Boas conversas em Lisboa”, *SPD Pressedienst*, 28.6.1974.

de Spínola. A crescente instabilidade política, a conflitualidade social, a proliferação de bandeiras vermelhas não devia inquietar os observadores externos. O esquerdismo que havia contagiado os portugueses era apenas uma febre passageira e compreensível após meio século de asfixiante ditadura de direita. A pouco e pouco, o espírito ponderado do povo luso ressurgiria, os partidos moderados venceriam folgadoamente as eleições e a partir de então a situação normalizar-se-ia.<sup>88</sup> Mas a Revolução cedo mostrou que não estava virada para o lado dos moderados.

Da demissão de Spínola ao 11 de Março

A surpreendente renúncia do presidente Spínola, em finais de Setembro, produziu na RFA uma forte impressão. Alguns jornais conservadores reproduziram integralmente o discurso apocalíptico de demissão do general e alinharam com os seus argumentos. “Não faz sentido continuar a observar a cena portuguesa através das lentes cor-de-rosa do ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares”, mantinha um.<sup>89</sup> “Em lugar da velha ditadura de direita está-se a criar uma ditadura de esquerda”, escrevia outro.<sup>90</sup> Os social-democratas criticavam, por seu lado, este alarmismo e reiteravam a sua confiança no triunfo da democracia em Portugal, embora portas a dentro o seu optimismo começasse a esfumar-se.<sup>91</sup> Cada vez mais preocupado com a instabilidade que se ia apoderando do Sul da Europa, o governo de Bona atribuiu grande importância à viragem à esquerda que ocorreu depois de Spínola. Se se acabasse por chegar a uma democracia popular toda a esquerda mediterrânica veria em Portugal um modelo, ou pelo menos uma fonte de inspiração. A união dos socialistas e comunistas, que François Mitterrand advogava, e que o mesmo havia defendido de forma estridente durante a sua visita a Lisboa em Julho para embaraço do próprio Mário Soares, sofreria então um forte impulso. Animada

pela saída da Grécia da estrutura militar da NATO, esta esquerda plural podia reclamar a neutralização do Mediterrâneo e pôr em causa o equilíbrio entre blocos.<sup>92</sup>

Mas o mais inquietante para Bona era constatar a atitude que os EUA estavam a adoptar perante esta dinâmica endiabrada no Sul da Europa. Perdida qualquer influência sobre a Grécia com o colapso do regime dos coronéis e incapaz de evitar a guerra no Chipre, a administração de Gerald Ford surgia sem o “espírito de luta” necessário para enfrentar o desafio esquerdista em Itália e em Portugal, e era muito provável que se deixasse surpreender pelas imprevisíveis mudanças que se produziriam em Espanha depois da morte de Francisco Franco.<sup>93</sup> Em vez de demonstrar simpatia pelas nascentes democracias do Sul da Europa, dissipando assim toda a sombra de uma intervenção à chilena, o secretário de Estado Henry Kissinger não tinha problemas em semear o catastrofismo, proclamar Mário Soares o novo Kerensky luso<sup>94</sup>, e declarar aos quatro ventos que a crise no Mediterrâneo devia parecer aos soviéticos “*like a fulfillment of their prophecy of the internal contradictions of the western world*”.<sup>95</sup>

Face a esta atitude de demissão da grande potência americana, o governo de Bona foi tomando consciência de que a Europa devia tomar nas suas mãos a defesa dos interesses do Ocidente no Mediterrâneo. À RFA cabia um papel de protagonista, não só por ser o país mais interessado em evitar um avanço da esquerda (que podia quebrar a coesão da Aliança Atlântica e danificar seriamente o “desanuviamiento” entre os blocos em que havia apostado com a *Ostpolitik*), mas também pelo peso político que havia ganho nos últimos anos e pelo seu potencial económico quase intacto naquele período de depressão, em cuja resolução estavam concentrados todos os seus vizinhos. Dar um primeiro impulso a essa resposta europeia ao 25 de Abril e moldá-la ao gosto alemão foi o *leitmotiv* da visita de Willy Brandt a Portugal em finais de Outubro de 1974.

<sup>88</sup> “Friedrich reclama ajuda para Portugal”, *Süddeutsche Zeitung*, 6.8.1974.

<sup>89</sup> “O perigo de uma guerra civil em Portugal ainda não está ultrapassado”, *Die Welt*, 30.9.1974.

<sup>90</sup> “*Débâcle* em Lisboa”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 1.10.1974.

<sup>91</sup> Relatório do Auswärtiges Amt sobre Portugal, 4.10.1974, PAAA, ZA 102445.

<sup>92</sup> Hans-Eberhard Dingels a Hans-Jürgen Wischniewski, 19.8.1974, AdsD, WBA 2/126.

<sup>93</sup> Relatório de Klaus Harpprecht sobre a visita aos EUA, Novembro de 1974, AdsD, SPD Parteivorstand 11164.

<sup>94</sup> Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger. Os EUA e a Revolução Portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008, pp. 85 ss.

<sup>95</sup> *The New York Times*, 13.10.1974.

Nos seus encontros com o presidente Francisco Costa Gomes e o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o líder do SPD apresentou-se como porta-voz da Europa progressista que simpatizava com a Revolução e desejava contribuir para os seus objectivos de liberdade e justiça social. O PS explorou ao máximo a presença em Portugal do Prémio Nobel da Paz, tentando roubar protagonismo mediático ao PCP que por esses dias realizava o seu congresso em Lisboa. No sábado, dia 20, Willy Brandt participou num comício do PS, caótico para os *standards* alemães, no Coliseu do Porto, em que expressou a solidariedade do SPD e do socialismo europeu com Mário Soares e os demais camaradas portugueses que lutavam pela vitória do “socialismo democrático”.<sup>96</sup> À opinião pública alemã, Willy Brandt lançou uma mensagem tranquilizadora, descartando que Portugal pudesse cair em mãos comunistas.<sup>97</sup> Palavras que, pelo menos, não reconfortaram a ultraconservadora colónia alemã em Portugal, sobre a qual o cônsul no Porto escrevia: “Esta gente, que durante o Estado Novo vegetava aqui como numa reserva natural, está tão traumatizada [com o 25 de Abril] que considera iminente a chegada da ditadura do proletariado em Portugal. (...) Não deve portanto surpreender que a visita de Willy Brandt, com que se procurava valorizar a imagem do *comunista* Mário Soares, lhes pareça no melhor dos casos incompreensível.”<sup>98</sup>

Nas semanas seguintes à sua visita a Portugal, o presidente do SPD advertiu em diversos fóruns europeus dos perigos que germinavam no Mediterrâneo e reclamou medidas efectivas para atalhar os graves problemas económicos e sociais da Grécia e de Portugal que estavam a fazer perigar as suas recém-nascidas democracias.<sup>99</sup> Dando o exemplo, o governo alemão recebeu alguns dirigentes portugueses como o ministro da Defesa, Vítor Alves, que se encontrou com Helmut Schmidt, Willy Brandt e diversos ministros e

empresários, sendo o apoio económico o assunto fundamental dos debates.<sup>100</sup> Também visitaram a Alemanha líderes políticos como Mário Soares e Manuel Tito de Morais, com quem se acordou dar um impulso na cooperação através da Fundação Ebert, que ofereceu uma ajuda extra de 260.000 DM para a aquisição de automóveis e de sistemas de som.<sup>101</sup>

A veemente tomada de posição em favor da democracia portuguesa por parte do SPD teve um impacto positivo na RFA, onde ganhou terreno a ideia de que um envolvimento europeu podia, efectivamente, travar a deriva esquerdista da Revolução. Isto significava, por sua vez, uma pressão extra sobre os conservadores alemães no sentido de se mostrarem finalmente em Portugal depois de meses de absoluta desorientação, afinal reflexo da escassa relevância das direitas naquela década dourada da social-democracia europeia. Desde o mês de Maio que a CDU procurava cooperar com o PPD de Francisco Sá Carneiro, mas este acabou por declinar o convite para tentar a sua sorte junto da Internacional Socialista. A única opção viável que restou à CDU foi ligar-se ao CDS de Diogo Freitas do Amaral, com quem iniciara uma relação em Novembro, e que viria a prolongar-se durante muitos anos.<sup>102</sup> No que se refere ao PPD, na sequência da visita de Willy Brandt a Portugal, foi aberto um canal de comunicação com o SPD e a Fundação Friedrich Ebert que o ajudaria através de uma organização dela dependente, o Institut für Internationale Begegnung.

Tal como no resto da Europa ocidental, na RFA a esquerda alternativa estabeleceu o contraponto à preocupação que Portugal provocava no *establishment* político e económico. O 25 de Abril foi recebido com euforia por essa plural e combativa esquerda, e por toda a RFA surgiram comités de solidariedade com Portugal que editaram boletins, organizaram sessões de

<sup>96</sup> Mónica Fonseca, *É Preciso Regar os Cravos!*, pp. 179 ss.

<sup>97</sup> Relatório Dingels sobre a visita de Brandt a Portugal, 22.10.1974, AdsD, SPD Parteivorstand 11305.

<sup>98</sup> Relatório do cônsul alemão no Porto sobre a visita de Brandt, 21.10.1974, PAAA, ZA 102445.

<sup>99</sup> Discurso de Willy Brandt perante o Movimento Europeu em Paris, *SPD Pressedienst*, 19.11.1974.

<sup>100</sup> Notas para o chanceler sobre o seu encontro com Vítor Alves, 5.11.1974, AdsD, HSA 6980.

<sup>101</sup> Günter Grunwald a Mário Soares, 15.11.1974, AdsD, FES Hausakten 12783.

<sup>102</sup> Matthias Stenger, *Transnationale Parteienzusammenarbeit. Die Beziehungen der deutschen und portugiesischen Christlichen Demokraten von der Nelkenrevolution bis zum Vertrag von Maastrich (1974-1992)*, Dusseldórfia, Droste, 2011.

informação e recolheram fundos para projectos no país.<sup>103</sup> Convencidos de que na longínqua e desconhecida terra lusitana se estava a materializar a tão teorizada e sonhada democracia socialista, várias centenas de alemães envolveram-se directamente na sua construção, trabalhando de forma altruísta em bairros operários de Lisboa ou em cooperativas agrícolas.<sup>104</sup> A partir da sua rigidez ideológica, estes jovens idealistas viam como principal impedimento ao triunfo da pretendida vontade revolucionária do povo luso, a pressão das potências ocidentais e, sobretudo, da RFA, dada a enorme penetração económica que se havia conseguido em Portugal durante o Estado Novo. Acostumado a que esta esquerda alternativa o apresentasse como o laçao do grande capital e do império *yankee*, o governo de Bona não teria sequer tomado nota da crescente acusação de querer asfixiar o 25 de Abril, divulgada nas publicações dessa esquerda, se a imprensa de Lisboa lhes não comesse a dar eco, provavelmente estimulada pela embaixada da RDA. Provocou especial preocupação no SPD a reprodução na primeira página de alguns diários de uma reportagem do paupérrimo boletim *Berliner Extra-Dienst*, de Janeiro de 1975, que acusava os social-democratas alemães de estarem a urdir um golpe de Estado em Portugal.<sup>105</sup> Para tornar o tema ainda mais espinhoso, o director do panfleto era membro do SPD. Só anos mais tarde se veio a saber que colaborava com a *Stasi*, a polícia política da Alemanha comunista.<sup>106</sup>

Perante a imparável radicalização do processo político em Portugal, os social-democratas alemães foram ficando sem argumentos para contradizer a imprensa conservadora no seu diagnóstico catastrofista sobre a Revolução, exacerbado a partir de Janeiro de 1975, depois de acontecimentos como a agressão de grupos de extrema-esquerda ao congresso do CDS no Porto, de que deram testemunho directo à opinião pública da RFA os membros da delegação

<sup>103</sup> Veja-se o número dedicado à Revolução dos Cravos na revista alemã *Travóia*, 32 (1994).

<sup>104</sup> Helga M. Novak, *Die Landnahme von Torre Bela*, Berlim, Rotbuch Verlag, 1976.

<sup>105</sup> “Como se vai fazer um *putch* em Portugal, quando, porquê e por quem”, *Berliner Extra-Dienst*, 31.1.1975.

<sup>106</sup> Hubertus Knabe, “Frontstadt Berlin. Die geheimen Propagandaktionen der *Stasi*”, *Die politische Meinung*, 381 (2001), pp. 33-36.

da CDU, libertados pelo COPCON após horas de assédio.<sup>107</sup> Os sempre optimistas camaradas do PS seriam contagiados pelo pessimismo e fizeram chegar a Bona mensagens inquietantes sobre os supostos planos do PCP de provocar um golpe reaccionário que exaltasse os ânimos revolucionários.<sup>108</sup>

Mas nem tudo eram más notícias na política portuguesa. Depois de se impor ao sector esquerdista num duro congresso, o sector moderado do PS passou finalmente à ofensiva contra o PCP por causa da lei sindical.<sup>109</sup> Esta reafirmação dos socialistas, a poucas semanas das eleições, foi unanimemente aplaudida pela imprensa alemã, que durante meses havia duvidado da capacidade de Mário Soares e dos seus em articularem uma sólida alternativa de esquerda à que era representada pelo carismático e íntegro Álvaro Cunhal.<sup>110</sup>

A partir do mês de Fevereiro, o PS centrou os seus esforços na preparação das eleições à Assembleia Constituinte e, mais uma vez, solicitou a ajuda dos camaradas alemães. Em resposta, a Fundação Ebert comprometeu-se a financiar a compra de 22 carros com sistemas sonoros, manter 50 funcionários do PS durante os meses de Março e Abril (o partido tinha só 20) e enviar para Lisboa três alemães peritos em campanhas eleitorais.<sup>111</sup> Apesar da tensão política que se vivia em Portugal, quando os três peritos chegaram ao país no início de Março, os camaradas socialistas estavam muito animados convencidos das suas grandes possibilidades numas eleições já muito próximas que haveriam de marcar o princípio do fim da influência comunista.<sup>112</sup> Mas, mais uma vez, a Revolução viria a desmentir o optimismo dos socialistas.

<sup>107</sup> Matthias Stenger, *Transnationale Parteienzusammenarbeit*, pp. 126 ss.

<sup>108</sup> Relatório de Dingels sobre a sua conversa com Jorge Campinos, 3.2.1975, AdsD, FES Hausakten 2972.

<sup>109</sup> David Castaño, *Mário Soares e a Revolução*, Alfragide, Dom Quixote, 2012, pp. 201 ss.

<sup>110</sup> “Socialismo em português”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 17.12.1974; “Clarificação em Portugal”, *Der Tagesspiegel*, 18.12.1974.

<sup>111</sup> Relatório da visita de Tito de Morais à Alemanha, 25.2.1975, AdsD, FES Hausakten 2972.

<sup>112</sup> Veja-se o testemunho de um dos peritos, Klaus Wettig, “Portugal no Ano Zero – 1974-75”, *Finisterra*, 76 (2015), pp. 69-77.

Do golpe contra-revolucionário às eleições de Abril de 1975

Muito mal planeado, o golpe contra-revolucionário de 11 de Março fracassou em poucas horas, e os seus responsáveis fugiram para Espanha ou esconderam-se das forças leais ou do povo sublevado, que em várias cidades descarregou a fúria arrasando as sedes dos partidos conservadores. Quatro, dos vinte e sete oficiais implicados na conspiração, encontraram refúgio na embaixada da RFA em Lisboa, à frente da qual se concentraram centenas de esquerdistas que lançaram palavras de ordem contra o governo de Bona, por suposta conivência com a intentona. Quando, na manhã seguinte, o embaixador Fritz Caspari foi negociar a entrega dos militares com o presidente Francisco Costa Gomes, o seu carro foi apedrejado e o regresso à embaixada foi feito num blindado. No entanto, o MFA não levou a sério as acusações contra a RFA. Era evidente que o golpe havia sido autónomo e tão mal organizado que parecia impróprio de um país com experiência bélica. Como reconheciam os militares refugiados na embaixada da RFA, tratara-se de uma acção desesperada para tentar impedir a implantação de uma democracia popular.<sup>113</sup> Ironicamente, a única coisa que o golpe conseguiu foi provocar uma violenta viragem à esquerda que levou à criação de um Conselho da Revolução cujo objectivo declarado era construir o socialismo em solo luso. Portugal, considerava um dos peritos enviados pela Fundação Ebert para apoiar o PS a organizar a sua campanha eleitoral, convertera-se *de facto* numa ditadura militar de esquerda.<sup>114</sup>

O falhado golpe de 11 de Março foi visto no Ocidente como um acto de total irresponsabilidade da direita portuguesa. A um mês das eleições para a Assembleia Constituinte, que segundo as previsões iam dar a vitória absoluta das forças moderadas, o ex-presidente e os seus tinham dado o pretexto perfeito para os radicais do MFA perpetuarem o seu controlo do país para além das eleições. A partir deste acontecimento, o que se passaria em Portugal e qual devia ser a resposta das nações amigas? As opiniões nas chancelarias dividiam-se. Nos Estados Unidos, os acontecimentos em Lisboa foram interpretados como a materialização das profecias de Henry

<sup>113</sup> Fritz Caspari ao Auswärtiges Amt, 12.3.1975, PAAA, ZA 113503.

<sup>114</sup> Relatório de Dieter Schneider de Lisboa, 16.3.1975, AdsD, FES Hausakten 12800.

Kissinger no sentido de que uma vez que os comunistas entrassem no governo era só uma questão de tempo para que acabassem por tomar o controlo da situação do país. Washington decidiu que tinha chegado o momento de planear seriamente a expulsão de Portugal da NATO.<sup>115</sup> No Reino Unido, a reacção do governo trabalhista foi muito menos tensa. Londres considerava que com o golpe a febre revolucionária havia aumentado algumas décimas, mas com o tempo o paciente estabilizaria. E quanto ao perigo comunista, os líderes trabalhistas relativizavam-no. O ministro dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan, tinha almoçado em Fevereiro com Álvaro Cunhal, em Lisboa, e tinha ficado com uma excelente impressão. O líder do PCP pareceu-lhe “*nice and sensible*”, e a sua intenção de criar em Portugal um socialismo com rosto humano era sincera e digna de respeito. Havia, pois, que ter um pouco de paciência e ver como evoluía a situação.<sup>116</sup> Por seu lado, o governo conservador de Paris estava muito mais preocupado que o britânico, mas considerava que com o ambiente de efervescência revolucionária que se vivia em Portugal depois do golpe, não era possível para o Ocidente intervir de forma a alterar a situação e apostava em esperar que as eleições clarificassem o panorama.<sup>117</sup>

O catastrofismo dos EUA perante os acontecimentos em Lisboa surpreendeu e preocupou Bona menos do que a atitude tibia e resignada das principais potências da Europa. A inexistência de uma leitura europeia comum da crise portuguesa alarmou especialmente os social-democratas alemães, entre os que já eram escassas as vozes que discordavam da ruidosa imprensa conservadora que no seu raivoso anticomunismo reduzia a complexidade da Revolução à tomada por fases do Palácio de Inverno por parte dos comunistas.<sup>118</sup> A convicção de que Álvaro Cunhal não desejava passar a oportunidade histórica que se lhe havia apresentado para tornar real o seu sonho leninista e de que o Ocidente, entretanto, tinha subvalorizado a gravidade da situação, explica a reacção nervosa

<sup>115</sup> Bernardino Gomes, Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger*, pp. 163 ss.

<sup>116</sup> Embaixada da RFA em Londres ao Auswärtiges Amt, 21.3.1975, PAAA, ZA 113503.

<sup>117</sup> Embaixada da RFA em Paris ao Auswärtiges Amt, 21.3.1975, PAAA, ZA 113503.

<sup>118</sup> “Golpe por etapas”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 28.1.1975.

de Bona aos acontecimentos posteriores ao 11 de Março. Depois de dissolver o III Governo Provisório, o Conselho da Revolução pretendeu formar um gabinete em que as seis pastas civis fossem só para partidos de esquerda. Ao ser-lhe apresentada esta proposta, o PS recusou redondamente e ameaçou não entrar no governo se se excluísse o PPD. Para reforçar a sua posição, Mário Soares procurou apoio internacional, e no dia 21 fez chegar, através de um dos peritos eleitorais alemães que estavam em Lisboa, um SOS pessoal ao chanceler Helmut Schmidt.<sup>119</sup> O conteúdo da mensagem seria resumido pelo próprio Soares, horas mais tarde, a um camarada francês, ao terminar um comício de apresentação dos candidatos do PS às eleições:

*La situation est très grave. Tout d'abord nous avons aujourd'hui la conviction que l'affaire du 11 Mars a été montée de toutes pièces. Il y avait bien un complot en préparation. Il a été infiltré et déclenché à un moment jugé propice pour changer le gouvernement et donner les postes clés aux partisans d'un pouvoir à forte tendance communiste. Le PCP a d'ailleurs l'appui total de Vasco Gonçalves. Le Président de la République est prisonnier. Il y a même eu coup de force à l'intérieur du MFA: le Conseil de la Révolution a été désigné sans aucune consultation, les autres instances ayant été dissoutes. Actuellement on nous propose [um governo no qual] de fait, le travail, l'agriculture, les affaires sociales seraient pour les communistes ou leurs satellites. Voilà où nous en sommes à cette heure. En outre, la presse, parlée, écrite, télévisée est entre les mains des communistes qui ont organisé des conseils de typographes, de rédacteurs, de techniciens. Je suis pratiquement interdit d'antenne. C'est à peine si 'República' peut encore nous rester favorable. Le directeur de l'officieux 'Diário de Notícias', socialiste, a été remercié aujourd'hui. Même à 'República' nous devons négocier chaque article avec les typos. Dans cette situation on peut très bien tenter une scission dans le PS en donnant à celui qui accepterait de se prêter à ce jeu tout l'appui des mass media. Les dossiers de journalistes de la PIDE sont tombés aux mains du PCP qui les tient presque tous. Nous assistons à un processus évident d'instauration d'une démocratie populaire.<sup>120</sup>*

Para Mário Soares não havia a menor dúvida de que a proposta para um governo de esquerda tinha sido influenciada por Álvaro Cunhal, que se preparava para um assalto definitivo ao poder imitando os seus camaradas de Praga em 1948. Depois de receber esta mensagem do líder do PS na tarde de sexta-feira 21, Helmut Schmidt convocou o seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans-Dietrich Genscher, e alguns dos seus assessores. Este gabinete de crise concluiu que havia que levar muito a sério o alarme lançado por Soares e mobilizar, como o mesmo pedia, os governos e a opinião pública ocidental, assim como pressionar Moscovo para que travasse o PCP. Nessa mesma noite o chanceler alemão falou por telefone com Gerald Ford, Harold Wilson e Valéry Giscard d'Estaing. De fonte "absolutamente fidedigna", disse-lhes que o governo da RFA tinha tido conhecimento de que a situação em Portugal era crítica e estava "em marcha um processo idêntico ao da Checoslováquia há 27 anos". Em seguida, Helmut Schmidt encorajou a que se convocasse uma reunião urgente da NATO, e que se convocassem os embaixadores soviéticos em Washington e Londres. Ao mesmo tempo, Hans-Dietrich Genscher solicitou à presidência irlandesa da CEE que se preparasse uma iniciativa conjunta dos Nove para protestar junto das autoridades de Lisboa. Também se deram ordens para comunicar a situação ao Papa através do Núncio do Vaticano na RFA, e para que o embaixador soviético em Bona comparecesse perante o chanceler Schmidt na manhã seguinte.<sup>121</sup>

Correspondendo ao pedido de Bona, o secretário-geral da NATO convocou no fim-de-semana um debate à porta fechada sobre Portugal. Para surpresa do embaixador alemão, os colegas europeus presentes não partilhavam do seu alarmismo. A situação em Lisboa não lhes parecia desesperada e devia melhorar sensivelmente após as eleições. A proposta alemã para que o Ocidente exigisse, a uma só voz, às autoridades portuguesas que travassem a radicalização política parecia-lhes errada e contraproducente, pois levantaria acusações de interferência em assuntos internos do país que só beneficiariam os comunistas. Ainda mais veemente foi a recusa à ideia alemã de pressionar os soviéticos para desactivarem

<sup>119</sup> Relatório de Peter Ruthmann, 21.3.1975, AdsD, NL Bruno Friedrich 1537.

<sup>120</sup> Relatório do secretário das relações internacionais do Parti socialiste, Antoine Blanca, sobre a sua conversa com Mário Soares em Lisboa na madrugada de 22 de março, AdsD, SPD Parteivorstand 11490.

<sup>121</sup> AAPD, 1975, documento n.º 55.

Cunhal. A política de Moscovo em relação a Portugal desde o 25 de Abril, advertiram, era irrepreensível e de nenhuma forma se orientava no sentido da instauração de um regime comunista. Ameaçar a URSS com um boicote do Ocidente à assinatura da Acta Final da CSCE (Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa) em Helsínquia, se a Revolução não evoluísse para uma democracia liberal constituía em si um absoluto disparate.<sup>122</sup> Na segunda-feira 24, a recusa das recomendações de Bona foi manifestada também na CEE. Na reunião celebrada em Dublin entre o ministro dos Negócios Estrangeiros Garret FitzGerald e os embaixadores dos países membros, o representante alemão pediu uma iniciativa conjunta dos Nove para forçar o Conselho da Revolução a desistir de formar um governo sem partidos do centro e da direita. Alguns embaixadores apoiaram a ideia, mas os da França e da Grã-Bretanha negaram-se a secundá-la. Paris nunca pressionaria Lisboa em nenhum caso, enquanto Londres tinha decidido apresentar os seus argumentos às autoridades lusas sem contar com a CEE.<sup>123</sup> Perante a falta de uma resposta europeia comum, nesse mesmo dia 24, os embaixadores em Lisboa da Grã-Bretanha, RFA, Holanda e Bélgica expressaram, em separado, ao presidente Costa Gomes, a preocupação dos seus respetivos governos pela situação em Portugal.<sup>124</sup> Finalmente, na quarta-feira 26 de Março formou-se um novo governo em que, contra o previsto, estava o PPD. Para Mário Soares era evidente que a mudança de opinião do Conselho da Revolução se tinha devido à pressão ocidental e exprimiu o seu agradecimento a Helmut Schmidt pela resposta que havia dado ao seu SOS.<sup>125</sup>

Em Bona não havia, no entanto, nenhum motivo de satisfação. Na reunião do gabinete em 26 de Março, Helmut Schmidt manifestou a sua absoluta decepção perante o pouco eco que havia encontrado entre os países amigos e lamentou a “escassa actividade

do mundo ocidental” na crise portuguesa, exceptuando a RFA. Os apelos de Willy Brandt e de outros responsáveis políticos alemães, nos meses anteriores, na tentativa de darem forma a uma resposta europeia aos problemas económicos de Portugal não tinham levado a nada. Os aliados não pareciam considerar que se Portugal se sentisse abandonado pelo Ocidente podia optar por sair da sua esfera de influência pondo em sério perigo o equilíbrio entre os blocos. Perante a débil atitude da maioria dos países amigos, Helmut Schmidt decidiu que a RFA devia organizar uma ofensiva para reorientar a Revolução no sentido da democracia parlamentar através de medidas políticas e económicas, e para que se tentasse ganhar o apoio dos restantes membros da CEE e dos próprios EUA. Como primeiro passo, o chanceler ordenou aos seus vários ministros que concebessem uma iniciativa de apoio urgente a Portugal.<sup>126</sup>

O plano de ajuda a Portugal, aprovado pelo governo de Bona em 9 de Abril e destinado a “evitar a queda do país no campo comunista”, era muito amplo e diversificado. O elemento com maior peso era um crédito de 70 milhões DM, dirigidos para o investimento público, e a aquisição pela Bundeswehr de munições de fabrico português no valor de 40 milhões DM. Para reanimar o investimento privado alemão em Portugal, congelado desde o início da Revolução, Bona proporia a Lisboa a criação de uma comissão bilateral. No âmbito político, atribuir-se-iam mais recursos às fundações alemãs para intensificar a ajuda aos partidos portugueses e aos sectores moderados da Intersindical. Além disso, ampliar-se-iam os programas de visitas de ministros, políticos, jornalistas, sindicalistas e empresários portugueses, com o que se pretendia sensibilizá-los para os encantos do *capitalismo renano*. No âmbito cultural, Bona tentaria travar a campanha de desprestígio da RFA, posta a circular em Portugal pela imprensa próxima dos comunistas, e proporia a Lisboa assistência técnica para introduzir a televisão a cores. Em relação às medidas multilaterais, Bona apoiaria a concessão em Portugal de uma ajuda directa

<sup>122</sup> Embaixador da RFA na NATO ao Auswärtiges Amt, 22.3.1975 y 24.3.1975, PAAA, B150/325.

<sup>123</sup> Embaixador da RFA em Dublin ao Auswärtiges Amt, 24.3.1975, PAAA, B150/325.

<sup>124</sup> Luís Nuno Rodrigues, *Marechal Costa Gomes no Centro da Tempestade*, Lisboa, Esfera dos Livros 2008, pp. 232-233.

<sup>125</sup> AAPD, 1975, documento n.º 66.

<sup>126</sup> Extrato do relatório da sessão do gabinete, 26.3.1975, PAAA, ZA 113503.



da CEE e de um crédito do Banco Europeu de Investimentos em condições muito favoráveis.<sup>127</sup>

A celeridade com que o pacote de ajuda a Portugal foi concebido correspondeu à intenção de o apresentar antes das eleições à Assembleia Constituinte. No mesmo dia da sua aprovação, em 8 de Abril, o governo de Bona anunciou-o aos quatro ventos. Pouco depois, o embaixador em Lisboa expôs ao primeiro-ministro Vasco Gonçalves os detalhes do plano e os meios de comunicação portugueses ocuparam-se profusamente do assunto durante dias.<sup>128</sup> Antes de ser posta em execução, a iniciativa alemã dirigida, nas palavras de Hans-Dietrich Genscher, “a abraçar Portugal” já tinha alcançado o desejado objetivo de lançar um sinal aos votantes portugueses de que na Europa existia uma vontade sincera de contribuir para que o seu país saísse do marasmo económico. O principal beneficiário interno desta operação de propaganda devia ser o PS, que soubera transformar num dos seus principais elementos de atracção, a relação privilegiada que tinha com os partidos socialistas europeus e a suposta capacidade de influência sobre os governos que esses partidos apoiavam.<sup>129</sup>

Entretanto, a campanha eleitoral já começara. Tentando romper com os prognósticos, os comunistas puseram em marcha um espectacular dispositivo propagandístico, de enorme qualidade técnica, perfeita encenação e abundantes meios. Assim o constatarem Dieter Schneider, Peter Ruthmann e Klaus Wettig, os três peritos em eleições enviados pela Fundação Ebert para dar uma mão aos camaradas portugueses. Os alemães foram desde logo surpreendidos pelas carências estruturais do PS. Na sede do partido reinava uma sensação de confusão e desordem. A Comissão Técnica Eleitoral que devia coordenar a campanha a partir de Lisboa não cumpria a sua função correctamente, pois as ordens que enviava ficavam paradas em estruturas locais intermédias extremamente frágeis. A propaganda socialista era quantitativa e qualitativamente

insuficiente, os materiais gráficos um trabalho de amadores e os equipamentos de som muito maus. As medidas de segurança eram inexistentes, mesmo para o secretário-geral, que não tinha nem um motorista profissional à sua disposição.<sup>130</sup> Preocupados com as acusações comunistas de serem meras marionetas do socialismo europeu, os dirigentes do PS não convidaram personalidades estrangeiras para os acompanhar na campanha e pediram aos camaradas da Fundação Ebert que se movessem com absoluta discrição. Isto diminuiu a capacidade de acção dos peritos alemães, que apesar de tudo puderam afirmar-se um pouco ao convencer o PS a concentrar toda a campanha no seu carismático líder.<sup>131</sup>

O resultado das eleições à Assembleia Constituinte, realizadas em 25 de Abril de 1975, foi recebido com surpresa e entusiasmo no Ocidente. O comentário unânime era que Portugal tinha votado pela moderação e contra o comunismo. Como diziam os socialistas europeus com o SPD à frente, existia uma oportunidade real para o estabelecimento de uma democracia no país. Agora, mais do que nunca, o mundo livre devia mobilizar-se para evitar que o povo luso fosse arrastado para o abismo pelos totalitários e dar uma oportunidade às suas esperanças de democracia.<sup>132</sup> Segundo os observadores, a identificação do PS com os socialistas europeus jogou um papel chave nestes resultados. Para Mário Soares e os seus, não havia dúvida de que tinha sido assim, e de que a sua dívida era especialmente grande para com os camaradas alemães. Semanas mais tarde, uma delegação de parlamentares europeus de visita a Lisboa escutou da boca do tesoureiro do PS, Carlos Carvalho, que o mérito da vitória tinha que ser dado tanto ao seu partido como ao SPD e à Fundação Ebert.<sup>133</sup>

<sup>130</sup> Relatório sobre uma conversa com a delegação de peritos, 16.4.1975, AdsD, FES Hausakten 2972.

<sup>131</sup> Relatório de Peter Ruthmann sobre a actividade da delegação, s/d [Abril 1975], AdsD, FES Hausakten 12799.

<sup>132</sup> “Confiança no desenvolvimento português”, *SPD Pressedienst*, 28.4.1975; “Portugal opta pelo caminho europeu”, *Die Welt*, 28.4.1975; “Portugal ainda não está perdido”, *Frankfurter Allgemeine Zeitung*, 29.4.1975.

<sup>133</sup> Relatório de Wilhelm Dröschner sobre a visita de uma delegação do Parlamento Europeu a Portugal, 11.6.1975, AdsD, NL Bruno Friedrich 1537.

<sup>127</sup> Relatório do Auswärtiges Amt sobre o plano de ajuda, 7.4.1975, PAAA, ZA 110242.

<sup>128</sup> Fritz Caspari sobre a sua conversa com Vasco Gonçalves, 18.4.1975, PAAA, ZA 110242.

<sup>129</sup> Juliet Antunes Sablosky, *O PS e a Transição para a Democracia. Relações com os Partidos Socialistas Europeus*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

A luta final pela alma de Portugal

As eleições para a Assembleia Constituinte não mudaram de forma imediata o panorama político, mas desencadearam uma série de dinâmicas de fundo que em poucos meses iriam provocar o fracasso do projecto de criação de um socialismo à portuguesa. Durante este período, a implicação das potências ocidentais a favor das forças moderadas foi massiva e até desejada pelos próprios actores políticos nacionais, com o PS à frente. Liderando esta espécie de “intervenção pacífica” encontrava-se a RFA, que recorreu à sua máquina diplomática, ao seu enorme peso económico e aos seus poderosos partidos, fundações e sindicatos para tentar favorecer pelos mais diversos canais as forças que defendiam a instauração de uma democracia de modelo europeu em Portugal.

O governo de Bona considerou um dos objectivos prioritários da sua política para Portugal depois das eleições, estabelecer um diálogo construtivo com o Conselho da Revolução, o organismo militar que detinha o controlo político real do país desde o 11 de Março. Informações de primeira mão recolhidas pela embaixada em Lisboa sobre os membros deste núcleo duro do poder revolucionário permitiram, muito cedo, aos dirigentes da RFA, alimentar esperanças numa evolução positiva. No geral, os membros do Conselho da Revolução não tinham capacidades para governar, sentiam-se inseguros e eram muito influenciáveis, sobretudo se lhes apresentassem argumentos de carácter técnico. O ascendente do PCP sobre estes militares era escasso e percebia-se inclusivamente um mal-estar latente pelo enorme poder que o partido havia adquirido no último ano. O Conselho da Revolução não pretendia afastar Portugal do bloco Ocidental. As suas críticas à NATO deviam-se somente ao rancor acumulado contra os EUA, por ter mostrado muito menos compreensão com a Revolução democrática do que com o Estado Novo. Da mesma forma, não existia hostilidade alguma em relação às democracias europeias, inclusivamente muitos oficiais admiravam a Suécia e a RFA pelo seu poderoso Estado de bem-estar.<sup>134</sup>

Procurando potenciar o sector moderado dentro do Conselho da Revolução, no mês de Maio o governo da RFA convidou a sua figura mais destacada, o ministro dos Negócios Estrangeiros Ernesto Melo Antunes. O ministro português foi recebido pelo chanceler Helmut Schmidt e pelo seu homólogo Hans-Dietrich Genscher, a quem surpreendeu muito positivamente pelo seu realismo e a sua orientação europeísta. Melo Antunes considerava que a prioridade absoluta de Portugal era sair da profunda depressão económica em que se encontrava. O maior obstáculo para se colocarem em marcha as medidas construtivas eram os comunistas, que ignorando a vontade do povo expressada nas urnas tinham embarcado num louco caminho pela hegemonia. O PCP, considerava Melo Antunes, era um simples “vassalo de Moscovo” que punha em perigo a estabilidade do país. O ministro sublinhou, ainda, que em Portugal havia uma forte corrente de opinião, à qual ele pertencia, que olhava a Europa como um horizonte de futuro e que via no estreitamento de laços políticos, económicos e sociais uma forma de consolidar a democracia no país.<sup>135</sup> Em resumo, Melo Antunes advogava, como vinha fazendo Mário Soares desde o início da Revolução, o envolvimento massivo da Europa democrática em Portugal e abençoava todas as iniciativas que o governo de Bona tomava. O Ministro dos Negócios Estrangeiros tornou-se, por isso, um aliado fundamental para o desenrolar da política alemã para Portugal.

Uma das prioridades de Bona, depois das eleições do 25 de Abril de 1975, consistiu em envolver Washington na política de cooperação com Lisboa. O que não era um trabalho fácil, uma vez que os EUA tinham assumido que, após o 11 de Março, Portugal estava irremediavelmente perdido para o Ocidente, e a sua única preocupação era encontrar a forma de isolar o país para não se converter numa “quinta coluna de Moscovo”.<sup>136</sup> Após a resposta fria de Henry Kissinger ao plano de ajuda alemão anunciado em começos de Abril e as advertências de Helmut Schmidt sobre os danos

<sup>135</sup> Relatório da conversa de Melo Antunes com Genscher, 19.5.1975, AAPD, 1975, documento n.º 122.

<sup>136</sup> Embaixador da RFA em Washington sobre Kissinger e Portugal, 18.4.1975, PAAA, ZA 113503.

<sup>134</sup> Relatório do Dr. Laub sobre a sua viagem a Portugal, 25.4.1975, PAAA, ZA 113503.

irreparáveis que provocaria para o desanuviamento na Europa a expulsão de Portugal da Aliança Atlântica, sobre a qual especulava o secretário de Estado, o chanceler decidiu recorrer a um tom mais assertivo junto do amigo americano.<sup>137</sup> Em meados de Maio, Bona comunicou a Washington que se os EUA tentassem forçar a saída de Portugal da NATO, encontraria a oposição férrea da Europa e prejudicaria seriamente as relações transatlânticas. A Aliança Atlântica, que não havia considerado um problema ter no seu seio regimes autoritários como o Estado Novo, tinha agora que demonstrar a sua força coabitando durante um tempo limitado com um regime de esquerda.<sup>138</sup> Kissinger mostrou ter recebido a mensagem durante um encontro com Genscher e Schmidt, poucos dias mais tarde, em Bona. O secretário de Estado reiterou aos colegas alemães a sua “profunda convicção” de que Portugal estava praticamente em mãos dos comunistas e que devia, portanto, ser expulso da NATO, mas, acrescentou, esta opinião pessoal não teria influência prática na definição da política norte-americana.<sup>139</sup> Apesar da sua certeza de que cooperar com um governo dominado por comunistas era um erro, Washington pensava anunciar um plano de ajuda económica de 25 milhões de dólares a Portugal. Durante o *Verão quente* de 1975, não faltaram a Kissinger motivos para manter o seu profundo cepticismo com a estratégia europeia de cooperação, mas mesmo assim não voltará a apresentar uma alternativa.<sup>140</sup>

Outro vector da política da RFA para Portugal, nos meses decisivos de 1975, consistiu em apoiar de forma enérgica o PS na sua estratégia de “conflito limitado” com o MFA e o PCP, com a qual Mário Soares e os seus camaradas tentavam valorizar a sua vitória eleitoral ganhando quotas de poder em detrimento dos comunistas, que se haviam infiltrado maciçamente na administração, e que contavam com o apoio do primeiro-ministro Vasco Gonçalves. Esta reivindicação da sua legitimidade eleitoral era desenvolvida pelos

<sup>137</sup> AAPD, 1975, documento n.º 75.

<sup>138</sup> Relatório de uma conversa de um enviado de Schmidt com Helmut Sonnenfeldt no Departamento de Estado, 15.5.1975, PAAA, B150/329.

<sup>139</sup> Relatórios das conversas de Kissinger com Genscher (20.5.1975) e Schmidt (22.5.1975), PAAA, B150/329.

<sup>140</sup> Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, *Carlucci vs. Kissinger*, pp. 262 ss.

socialistas, sobretudo através dos meios de comunicação próximos e das mobilizações nas ruas que até pouco tempo antes eram quase um monopólio dos comunistas. Estes dois elementos confluíram no “caso *República*”.<sup>141</sup> O que no princípio não era senão um conflito laboral completamente alheio ao PCP, foi denunciado *urbi et orbi* por Mário Soares como uma operação dos comunistas para acabar com uma das poucas vozes que se opunham ao plano totalitário, obrigando assim o Conselho de Revolução a tomar uma posição. Embora o exagero socialista fosse evidente, na RFA o *establishment* assumiu os seus argumentos e, respondendo ao insistente pedido de Soares, os social-democratas realizaram uma enorme acção política e mediática defendendo a posição do PS. Informações objectivas sobre o *caso República* passavam com dificuldade nos *media* mais influentes da RFA, onde se censurou o punhado de jornalistas que se negaram a engrossar a onda anticomunista.<sup>142</sup>

O apoio externo foi crucial para fortalecer a posição do PS, num conflito que acabou por dividir a opinião pública portuguesa, exacerbando as tensões no seio do Conselho da Revolução e debilitando muito os comunistas. Em meados de Julho, o PS elevou a sua pressão ao máximo abandonando, juntamente com o PPD, o governo e trazendo para as ruas de Lisboa centenas de milhares de pessoas, ao mesmo tempo que o Norte conservador punha em marcha, com a bênção da Igreja, uma cruzada anticomunista que se saldou no incêndio de dezenas de sedes do PCP e no desaparecimento de facto do partido dessa região. Para reforçar o PS naquele momento crítico, Willy Brandt defendeu durante as suas viagens a Moscovo e Washington as posições de Mário Soares, e no início de Agosto reuniu-se, em Estocolmo, com as principais figuras do socialismo europeu que tinham participado na assinatura da Acta Final da CSCE em Helsínquia, propondo a criação do Comité de Ajuda e Solidariedade com a Democracia e

<sup>141</sup> João Figueira, “Caso República. A morte de um jornal cansado de lutar”, in: Maria Inácia Rezola, Pedro Marques Gomes (coord.), *A Revolução nos Media*, Lisboa, Tinta da China, 2014, pp. 79-111.

<sup>142</sup> Veja-se o testemunho do repórter da televisão alemã Arno Münster, em *O Século*, 22.7.1975.

o Socialismo em Portugal.<sup>143</sup> Semanas mais tarde, Brandt realizou com Soares um comício de solidariedade do SPD para com o PS num pavilhão em Francoforte, que centenas de esquerdistas, entre os quais estava Daniel Cohn-Bendit, tentaram boicotar aos gritos de “Socialismo sim, Soares não” e “RFA e capital – tirem as vossas mãos de Portugal”.<sup>144</sup> Entretanto, em Portugal havia-se posto a circular, com o massivo apoio económico e logístico da Fundação Ebert, o jornal *A Luta*, que viria a substituir o *República* como órgão oficioso dos socialistas.<sup>145</sup>

O instrumento em que a RFA depositou mais esperanças para influenciar os acontecimentos em Portugal, durante o *Verão quente*, foi a ajuda económica condicionada. Apesar do interesse criado entre os parceiros europeus pelo plano de ajuda alemão a Portugal anunciado em Abril, somente a Holanda apresentou um programa similar, embora de muito menor volume. Desta forma, em meados de 1975, quando Portugal entrou numa fase de profunda crise económica, agravada com a chegada de centenas de milhares de repatriados das colónias, carentes de trabalho e habitação, o crédito de 70 milhões DM da RFA aparecia como um dos poucos recursos à mão para reanimar o sistema produtivo.<sup>146</sup> Consciente das expectativas que o crédito despertava, a RFA decidiu tirar o máximo proveito político. Uma vez anunciado o plano de ajuda a Portugal durante a campanha eleitoral, Bona não teve pressa em executá-lo. O governo alemão tinha o máximo interesse em que tanto a opinião pública portuguesa como os dirigentes portugueses compreendessem que a ajuda não se concretizaria se a pretendessem utilizar para lançar os fundamentos de um sistema socialista. Este seria o teor da conversa entre Helmut Schmidt e Vasco Gonçalves durante a cimeira da NATO em finais de Maio. Com o seu conhecido estilo directo, o chanceler da RFA advertiu o primeiro-ministro de Portugal que o seu país nunca poderia sair pelos seus próprios meios do relativo

<sup>143</sup> Mónica Fonseca, *É Preciso Regar os Cravos!*, pp. 261 ss.

<sup>144</sup> “Água para os cravos portugueses”, *Süddeutsche Zeitung*, 17.9.1975; “Soares em Francoforte”, *Portugal Nachrichten*, 18.9.1975.

<sup>145</sup> Relatório de Elke Esters sobre a visita de Mário Soares à RFA, 25.9.1974, AdsD, FFS Hausakten 2972.

<sup>146</sup> “Porquê dinheiro para Portugal?”, *SPD Pressedienst*, 20.6.1975.

subdesenvolvimento e que dependia, portanto, do financiamento internacional e dos investimentos estrangeiros. O apoio externo à economia portuguesa só chegaria se Lisboa restituísse confiança aos mercados. Uma confiança que estava seriamente prejudicada desde o 11 de Março devido à aceleração das nacionalizações e à proliferação de comissões de trabalhadores que estavam a provocar a queda a pique da produtividade.<sup>147</sup> Nas semanas seguintes, as negociações da concessão do crédito alemão começaram, enquanto a CEE concordava em seguir o exemplo da RFA atribuindo também um empréstimo. Com a demissão dos ministros do PS, em meados de Julho, Bona suspendeu as negociações com Lisboa e o Conselho Europeu concordou com a proposta alemã de emitir uma declaração que condicionava a concessão do crédito comunitário ao estabelecimento de uma democracia pluralista em Portugal.<sup>148</sup>

Durante o mês de Agosto de 1975, a pressão combinada das violentas mobilizações anticomunistas a Norte do Tejo, dos partidos à direita do PCP que se negaram a formar um novo governo com Vasco Gonçalves, do sector moderado do MFA, liderado por Melo Antunes, que no chamado “Documento dos Nove”, reclamavam o fim do desvio comunista, e dos países ocidentais que ameaçavam cortar toda a ajuda económica, provocaram o isolamento definitivo do primeiro-ministro que apresentou a sua demissão no início de Setembro. Abria-se, assim, caminho para a vitória definitiva dos sectores moderados que seria acompanhada pela emergência do PS como partido hegemónico e *pivot* do projecto de construção de uma democracia europeia.

#### 4 – Conclusões

O Estado Novo nunca esteve orgulhosamente só na sua quixotesca defesa do Império. O seu principal aliado foi a potência emergente na Europa do pós-guerra, a RFA. A estreita cooperação militar com a ditadura de Salazar foi vista pela classe política em

<sup>147</sup> Relatório da entrevista entre Schmidt e Gonçalves, 30.5.1975, PAAA, B150/329.

<sup>148</sup> Francisco Castro, “A CEE e o PREC”, *Penélope*, 26 (2002), pp. 123-157.

Bona, tanto da direita como da esquerda, como uma obrigação da defesa do bloco ocidental. Uma vez no poder, os social-democratas não tiveram que vencer grandes obstáculos morais para continuar a política de amizade com o regime luso iniciada por Konrad Adenauer. Crentes nas virtudes da modernização, Willy Brandt e os seus camaradas entendiam que quantos mais laços se estreitassem entre o Portugal ditatorial e a Europa democrática, mais depressa se hastearia em Lisboa a bandeira da liberdade. Tão arreigado chegou a ser este convencimento ou ilusão entre os dirigentes do SPD, que preferiram ignorar qualquer relação consistente com a ASP para não prejudicarem as relações bilaterais com Lisboa e debilitarem o sector mais aberto do regime em que depositavam as suas esperanças de uma evolução positiva. Tudo ficava à mercê do tempo e da inevitabilidade da abertura. Esta é a razão por que foi o SPD, de entre os grandes partidos socialistas europeus, aquele que menos se comprometeu politicamente com a ASP. Ao mesmo tempo, no entanto, os social-democratas alemães foram também os que de maneira mais intensa se envolveram no apoio material e logístico aos camaradas portugueses através da Fundação Friedrich Ebert.

O golpe militar de 25 de Abril de 1974 apanhou os aliados tradicionais de Lisboa de surpresa. Porém, a adaptação às novas circunstâncias seria muito rápida. A enorme penetração económica que alguns países tinham conseguido em Portugal durante a última década do Estado Novo viria a proporcionar-lhes um sólido ponto de apoio para influenciar os acontecimentos num sentido moderador. Os estudos sobre a dimensão exterior do 25 de Abril distinguem duas respostas por parte do Ocidente. De um lado, a americana, que esteve marcada pela convicção de que todos os esforços que se fizessem de fora para parar o deslizamento de Portugal para um regime socialista seriam inúteis e havia, por isso, que tomar medidas drásticas, como expulsar o país da NATO para minimizar os danos a nível global. Do outro lado, a reacção dos países membros da CEE, que nunca deram Portugal por perdido para a causa da democracia liberal e tentaram, mediante a cooperação económica e o apoio dos partidos e dos dirigentes militares moderados, enfraquecer a influência dos sectores radicais de esquerda. No final, a resposta

europeia prevaleceu e o seu contributo tornou-se essencial para que a crise portuguesa se desenrolasse conforme os interesses dos sectores moderados e de todo o Ocidente. A social-democracia teve um papel crucial na definição e concretização dessa resposta europeia, destacando-se muito pela sua capacidade em contribuir para o fortalecimento das forças políticas moderadas e, sobretudo, do partido de Mário Soares. Tão impressionante foi essa “solidariedade” do SPD para com o PS que até parecia estranho não ter existido no passado e, por isso mesmo, esse passado teve de ser inventado.<sup>149</sup>

(Tradução de Rita Lemos, revista pelo Autor)

<sup>149</sup> Só sabemos de um social-democrata alemão que se surpreendeu negativamente por essa invenção do passado. Trata-se de Robert Lamberg, que deixou a Fundação Ebert pouco depois de ter tentado, sem êxito, que Mário Soares fosse recebido em Bona pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Willy Brandt. Nas suas memórias, depois de narrar a fracassada gestão do Verão de 1969 e os elogios que Soares lhe dedicou ao considerá-lo o único verdadeiro amigo que os socialistas portugueses tinham na Alemanha, Lamberg escreve: “O episódio teve um epílogo absurdo-paradoxal. Poucos anos mais tarde, em Março de 1975, encontrei Brandt em Nova Iorque (...). Durante um almoço celebrado em sua honra pelo cônsul-geral alemão e para o qual fui convidado (...) Brandt (...) falou de Soares como seu ‘velho e bom amigo’. Disse-o sem pestanejar, e eu senti, dizendo suavemente, um mal-estar profundo.” Robert Lamberg, *Bootspartie am Acheron*, p. 347.

## OS AUTORES

FERNANDO PEREIRA MARQUES (Coruche, 1948) – Diplomado pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris e Doutor de Estado em Sociologia (Histórica e Política) pela Universidade de Picardie (Amiens-França). Professor Catedrático Convidado na ULHT de Lisboa em Ciência Política e História, e investigador integrado no IHC da Universidade Nova de Lisboa. Foi dirigente nacional do PS, Deputado à Assembleia da República em várias legislaturas e membro das Assembleias Parlamentares do Conselho da Europa e da UEO. Tem diversas obras publicadas como (as mais recentes): *Sobre as Causas do Atraso Nacional*, Coisas de Ler, 2010; *A Praia sob a Calçada – Maio de 68 e a Geração de 60*, Âncora Editora, 2005; *Cultura e Política(s)*, Âncora Editora, 2015; *Introdução ao Estudo dos Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*, Âncora Editora, 2016. Tem vasta colaboração em obras colectivas, em publicações periódicas e é Director-Adjunto da revista *Finisterra*.

JOAQUIM PALMINHA SILVA (Évora, 1945 – 2015) – Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. Além de vasta colaboração na imprensa nacional e regional, possui várias obras editadas sobre temas da História de Portugal

dos séculos XIX e XX. Ultimamente publicou, sobretudo, investigações relacionadas com o Património edificado de Évora. É autor de um trabalho pioneiro de sistematização e divulgação da História do Socialismo em Portugal: *Pequeno Dicionário do Movimento Socialista Português*. Lisboa: Fundação José Fontana, 1989.

NUNO MIGUEL JESUS (Lisboa, 1983) – Licenciado em História pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, mestre em Espaço Lusófono, Lusofonia e Relações Internacionais pela mesma universidade. Investigador.

ANTONIO MUÑOZ SÁNCHEZ (Astúrias, 1971) – É investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Trabalha fundamentalmente sobre as relações entre a Alemanha e a Península Ibérica durante a Guerra Fria. Entre as suas publicações estão as obras: *El amigo alemán, El SPD y el PSOE. De la dictadura a la democracia*. Barcelona: RBA, 2012 e *Von der Franco-Diktatur zur Demokratie. Die Tätigkeit der Friedrich Ebert Stiftung in Spanien*. Bonn: Dietz, 2013.

ANTÓNIO REIS (Lisboa, 1948) – Professor aposentado da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, desempenhou, entre outros cargos académicos, o de vice-presidente do Instituto de História Contemporânea (IHC) dessa Universidade. Coordenou a edição e publicou várias obras na sua área de especialização, como a tese de doutoramento *Raúl Proença: Biografia de um Intelectual Político Republicano* (2 vs.). Lisboa: INCM: 2003. Foi candidato a Deputado da oposição democrática em 1969, fundador do Partido Socialista e interveio como oficial miliciano no 25 de Abril de 1974. Posteriormente, foi Deputado à Assembleia da República durante

várias legislaturas, dirigente nacional do PS e Secretário de Estado da Cultura (1978). Escreveu na *Seara Nova* e é autor de muitos textos e ensaios de doutrina e intervenção política. É Director-Adjunto da revista *Finisterra*.

PAULO FERREIRA DA CUNHA (Porto, 1959) – Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, onde fundou o Instituto Jurídico Interdisciplinar. Mais recentemente, Prof. de Direito Internacional e Filosofia do Direito da Univ. Anhembi-Morumbi (*Laureate International Universities*), bolseiro da FUNADESP, Prof. Titular da Faculdade Autônoma de Direito, coordenador do projeto *Fundamentação do Direito e Contrato Constitucional Internacional*, e Membro do Comité *ad hoc* para o Tribunal Constitucional Internacional. Doutor em Filosofia do Direito pela Univ. Paris II e em Direito Público pela Universidade de Coimbra, por cuja Faculdade de Direito é também Mestre e Licenciado. Agregado em Direito Público pela Universidade do Minho, Pós-Doutor em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas, Co-Diretor dos *International Studies on Law and Education*, entre outras revistas. Publicou mais de 100 livros e de 500 artigos. Ganhou o Prémio Jabuti com o seu livro *Direito Constitucional Geral* (Método e Quid Juris). Autor, ainda, de: *Filosofia Política* (IN-CM), *Para uma Ética Republicana* (Coisas de Ler), *Filosofia do Direito* (Almedina), e *Desvendar o Direito, Constituição & Política*, *O Contrato Constitucional e Política Mínima* (Quid Juris).

ÂNGELA MONTALVÃO MACHADO (Chaves, 1966) – Licenciada, Pós-Graduada e Doutora em Ciência Política. Professora em Ciência Política e Relações Internacionais na ULHT-Lisboa. Publicou, entre outros ensaios, “Herbert Marcuse e a Crítica da Sociedade